



**ATA DA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2023**

--- Aos vinte e oito dias do mês de abril de dois mil e vinte e três, reuniu a Assembleia Municipal no salão Nobre dos Paços do Concelho, pelas dezoito horas e trinta minutos, sob a presidência do Senhor Presidente da Assembleia Municipal Hugo Miguel Carvalheiro dos Santos Costa, secretariada pelos senhores secretários Maria de Fátima Rodrigues da Costa Graça Duarte e Sílvia Paula Rosa Silva e, com a seguinte Ordem de Trabalhos: - Intervenção do Público, de acordo com o nº 4, do Artº 38º, do Regimento da Assembleia Municipal; **PAOD; Ponto Um** – Discussão e votação da Deliberação de Câmara, tomada em reunião de 17.04.2023, sobre a **“Prestação de Contas do Município de Tomar referente ao ano de 2022”**, ao abrigo da alínea i), do n.º 1, do artigo 33º, e da alínea l), do nº 2 do artigo 25º, do regime jurídico das autarquias locais aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; **(Grelha B de Tempos a que se refere o número 4 do Artigo 35º do Regimento da A.M.); Ponto Dois** – Votação da **“Proposta de nomeação do Provedor do Município do Concelho de Tomar”**, tomada em reunião de Câmara Municipal de 20.02.2023, nos termos do artº. 4º, do Regulamento do Estatuto do Provedor do Município do Concelho de Tomar; **Ponto Três** - Discussão e votação da Deliberação de Câmara, tomada em 23.01.2023, sobre a **“Alteração ao Regulamento Municipal para a Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior”**, ao abrigo da alínea k), do nº 1, do Artº 33º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; **(Grelha A de Tempos a que se refere o número 4 do Artigo 35º, do Regimento da A.M.); Ponto Quatro** - Discussão e votação da Deliberação de Câmara, tomada em 20.02.2023, sobre a **“Aquisição de Serviços de Auditoria Externa às Contas do Município de Tomar - Nomeação nos termos da Lei das Finanças Locais”**, ao abrigo do nº 1, do artº 77º, da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro; **(Grelha A de Tempos a que se refere o número 4 do Artigo 35º, do Regimento da A.M.); Ponto Cinco** - Discussão e votação da Deliberação de Câmara, tomada em 03.04.2023, sobre a **“Transferência de competências para a União de Freguesias de Tomar – S. João Baptista e Santa Maria dos Olivais – recursos financeiros para o ano de 2024”**, ao abrigo do nº 2, do artigo 5º, da Lei nº 57/2019, de 30 de abril; **(Grelha A de Tempos a que se refere o número 4 do Artigo 35º do Regimento da A.M.); Ponto Seis** - Discussão e votação da Deliberação de Câmara, tomada em 03.04.2023, sobre a **“Transferência de competências para a Freguesias de Olalhas – recursos financeiros para o ano de 2024”**, ao abrigo do nº 2, do artigo 5º, da Lei nº 57/2019, de 30 de abril; **(Grelha A de Tempos a que se refere o número 4 do Artigo 35º do Regimento da A.M.); Ponto Sete** - Discussão e votação da Deliberação de Câmara, tomada em 17.04.2023, sobre a **“Transferência de competências para a União de Freguesias de Além da Ribeira e Pedreira – recursos financeiros para o ano de 2024”**, ao abrigo do nº 2, do artigo 5º, da Lei nº 57/2019, de 30 de abril; **(Grelha A de Tempos a que se refere o número 4, do Artigo 35º, do Regimento da A.M.); Ponto Oito** - Discussão e votação da Deliberação de Câmara, tomada em 17.04.2023, sobre a **“Transferência de competências para a União Freguesias de Casais e Alviobeira – recursos financeiros para o ano de 2024”**, ao abrigo do nº 2, do artigo 5º, da Lei nº 57/2019, de 30 de abril; **(Grelha A de Tempos a que se refere o número 4, do Artigo 35º, do Regimento da A.M.); Ponto Nove** - Discussão e votação da Deliberação de Câmara, tomada em 17.04.2023, sobre a **“Transferência de competências para a Freguesia de Carregueiros - recursos financeiros para o ano de 2024”**, ao abrigo do nº 2, do artigo 5º, da Lei nº 57/2019, de 30 de abril; **(Grelha A de Tempos a que se refere o número 4, do Artigo 35º, do Regimento da A.M.); Ponto Dez** - Discussão e votação da Deliberação de Câmara, tomada em 17.04.2023, sobre a **“Transferência de competências para a Freguesia de Paialvo – recursos financeiros para o ano de 2024”**, ao abrigo do nº 2, do artigo 5º, da Lei nº 57/2019, de 30 de abril; **(Grelha A de Tempos a que se refere o número 4, do Artigo 35º, do Regimento da A.M.); Ponto Onze** - Discussão e votação da Deliberação de Câmara, tomada em 17.04.2023, sobre a **“Transferência de competências para a Freguesia de S. Pedro de Tomar - recursos financeiros para o ano de 2024”**, ao abrigo do nº 2, do artigo 5º, da Lei nº 57/2019, de 30 de abril; **(Grelha A de Tempos a que se refere o número 4, do Artigo 35º, do Regimento da A.M.); Ponto Doze** - Discussão e votação da Deliberação de Câmara, tomada em 17.04.2023, sobre a **“Transferência de competências para a União de Freguesias de Madalena e Beselga – recursos financeiros para o ano de 2024”**,



Handwritten initials

ao abrigo do nº 2, do artigo 5º, da Lei nº 57/2019, de 30 de abril; **(Grelha A de Tempos a que se refere o número 4, do Artigo 35º, do Regimento da A.M.); Ponto Treze** - Discussão e votação da Deliberação de Câmara, tomada em 17.04.2023, sobre a “Transferência de competências para a Freguesia de Sabacheira - recursos financeiros para o ano de 2024”, ao abrigo do nº 2, do artigo 5º, da Lei nº 57/2019, de 30 de abril; **(Grelha A de Tempos a que se refere o número 4, do Artigo 35º, do Regimento da A.M.); Ponto Catorze** - Discussão e votação da Deliberação de Câmara, tomada em 17.04.2023, sobre a “Transferência de competências para a Freguesia de Asseiceira - recursos financeiros para o ano de 2024”, ao abrigo do nº 2, do artigo 5º, da Lei nº 57/2019, de 30 de abril; **(Grelha A de Tempos a que se refere o número 4, do Artigo 35º, do Regimento da A.M.); Ponto Quinze** – Discussão e votação da Deliberação de Câmara, tomada em 03.04.2023, sobre a “Aquisição de serviços de vigilância para os parques de estacionamento cobertos – autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais, nos anos de 2023, 2024 e 2025”, ao abrigo da alínea c), do nº 1, do artigo 6º, da lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual; **(Grelha A de Tempos a que se refere o número 4 do Artigo 35º, do Regimento da A.M.); Ponto Dezasseis** - Plano Atividades e Orçamento da Tejo Ambiente – Empresa Municipal de Ambiente do Médio Tejo, EIM, SA, para o ano de 2023 - *tomar conhecimento*; **Ponto Dezassete** - “Apreciação da Informação Escrita a apresentar pela Senhora Presidente da Câmara Municipal de Tomar”, ao abrigo da alínea c), do nº 2, do Artº 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; **Ponto Dezoito** - “Outros Assuntos de Interesse para a Autarquia”, ao abrigo da alínea k), do nº 2, do Artº 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. O Ponto 17 e o Ponto 18 terão discussão conjunta **(Grelha C de Tempos a que se refere o número 4 artigo 35º do Regimento da A.M.)**.

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que, na sequência de um dos pedidos de substituição recebidos, ser do Segundo Secretário da Mesa, e nos termos do Regimento, convidava a Senhora Deputada Municipal Sílvia Paula Rosa Silva, a ocupar o lugar de Segunda Secretária em exercício, se ninguém se opuser.

--- Não havendo oposição a Senhora Deputada Municipal Sílvia Paula Rosa Silva, assumiu o lugar de Segunda Secretária em exercício, na presente sessão.

--- Na sequência do pedido de suspensão de mandato, enviado ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, pelo Senhor Deputado Municipal Arlindo da Conceição Costa Nunes, foi convocado o Senhor Deputado Municipal Nuno Miguel da Silva Ferreira, cuja posse já lhe tinha sido dada em sessão anterior da Assembleia.

--- Foi enviado ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal o pedido de substituição do Senhor Deputado Municipal Pedro Miguel dos Santos Lopes Pereira, do seguinte teor: “Venho, pelo presente, comunicar que por compromissos assumidos, inadiáveis, me obrigam a estar ausente na área do concelho, no próximo dia 28 de abril, data da realização da 2ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Tomar.

Assim sendo, requer-se a V.Exa. que a sua falta seja justificada.

Mais se requer a sua substituição, pelo elemento seguinte da lista peal qual fui eleito, nos termos legais. Pede deferimento. O Deputado Municipal, Pedro Miguel dos Santos Lopes Pereira

--- Na sequência deste pedido, foi substituído pelo Senhor Deputado Municipal David Manuel Cascaes Alves, cuja posse já lhe tinha sido dada em sessão anterior da Assembleia.

--- Foi enviado ao senhor Presidente da Assembleia Municipal o pedido de substituição do Senhor Deputado Municipal Vasco Miguel dos Reis Marques, do seguinte teor: “Informo que por motivos profissionais não poderei estar presente na sessão Ordinária da AMT de 28.04.2023. Motivo pelo qual peço a minha substituição.

Atentamente Vasco R. Marques”.

--- Na sequência deste pedido, foi substituído pelo Senhor Deputado Municipal Marco António Belo Carvalho Bugalho Durão, cuja posse já lhe tinha sido dada em sessão anterior da Assembleia.

--- Foi enviado ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal o pedido de substituição do Senhor Deputado Municipal António Rodrigues da Costa Graça, Presidente da Junta de Freguesia da Sabacheira, do seguinte teor: “Vimos por este meio solicitar a substituição do Presidente António Rodrigues da Costa Graça, pelo Tesoureiro Hélder Fernando de Jesus Graça, a representar a Freguesia da Sabacheira em seu lugar, na 2ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, a realizar dia 28 de abril (sexta-feira), pelas 18h30, no Salão Nobre dos Paços do Concelho. Com os melhores cumprimentos, O Presidente da Junta, António Rodrigues da Costa Graça”



--- Na sequência deste pedido, foi substituído pelo Senhor Deputado Municipal Hélder Fernando de Jesus Graça, *Tesoureiro* da Junta de Freguesia, cuja posse já lhe tinha sido dada em sessão anterior da Assembleia. -----

--- Foi enviado ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal o pedido de substituição do Senhor Deputado Municipal Jorge Miguel Marques Pereira da Graça, Presidente da União de Freguesias de Além da Ribeira e Pedreira, do seguinte teor: *"Para conhecimento e devidos efeitos, cumpre-me informar V.Exa. de que não poderei estar presente na 2ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Tomar, marcada para o próximo dia 28 de abril, pelas 18h30, por motivos de natureza profissional. --- Mais informo que, nos termos da alínea c), do artigo 18º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2023, de 12 de setembro, na sua redação atual, estarei representado, na referida Sessão, pela Tesoureira desta Junta de Freguesia, Senhora D. Dulce Maria da Silva Lopes. --- Com os meus melhores cumprimentos, Jorge Graça, Presidente da JF da Além da Ribeira". -----*

--- Na sequência deste pedido, tomou posse a Senhora Deputada Municipal Dulce Maria da Silva Lopes, *Tesoureira* desta União de Freguesias. -----

--- Foi enviado ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal o pedido de substituição do Senhor Deputado Municipal António Marques Vicente, Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro de Tomar, do seguinte teor: *"Venho por este meio solicitar a minha substituição na Assembleia Municipal do dia 28.04.2023. -----*

Serei substituído pelo tesoureiro da Junta de Freguesia José Rosa Fernandes Marques. A minha ausência deve-se ao facto das cerimónias religiosas, missa e bênção das cinzas, da minha falecida mãe, se realizarem no mesmo dia e hora do início da Assembleia. ----- Obrigado, António Vicente". -----

--- Na sequência deste pedido, tomou posse o Senhor Deputado Municipal José Rosa Fernandes Marques, *Tesoureiro* desta Junta de Freguesia. -----

--- Foi enviado ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal o pedido de substituição do Senhor Deputado Municipal Carlos Manuel da Graça Simões Rodrigues, do seguinte teor: *"Por incompatibilidade de agenda, não me será possível estar presente na reunião da Assembleia Municipal do próximo dia 28 de abril, neste sentido, solicito a minha substituição pelo tesoureiro do Executivo, Fernando Manuel dos Santos Ferreira. ----- Com os melhores cumprimentos, Carlos Rodrigues". -----*

--- Na sequência deste pedido, tomou posse o Senhor Deputado Municipal Fernando Manuel dos Santos Ferreira, *tesoureiro* desta Junta de Freguesia, portador do Cartão de Cidadão nº 06232736. ---

--- Estiveram presentes nesta sessão, para além da Mesa da Assembleia, os Senhores Deputados Municipais: João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro; Ana Catarina Carvalheira dos Santos Costa; Célia Maria Nunes Azevedo Bonet; Susana Alexandra Ferreira Faria; António Manuel Lourenço dos Santos; Ricardo Jorge Martins Carlos; Nuno Miguel da Silva Ferreira; Maria Graciete da Purificação Reis Henriques Honrado; Américo Matos Fernandes Costa; Bruno Vítor Domingos Graça; Paulo Alexandre Martins Mendes; David Manuel Cascaes Alves; Pedro Duarte de Almeida Estanqueiro e Cunha de Carvalho; Francisco Pires da Silva Carvalhão Tavares; Miguel José Costa Coelho Rodrigues; Alexandre Manuel Cardoso Antunes; Maria de Fátima Mendes Jacinto; Marco António Belo Carvalho Bugalho Durão; Fernando Manuel dos Santos Ferreira; Francisco José Godinho dos Santos; Rui Cardoso Lopes; Amâncio Sequeira Ribeiro; José Rosa Fernando Marques; Hélder Fernando de Jesus Graça; Dulce Maria da Silva Lopes; João Luis Cardoso Alves; Luísa Maria da Conceição Henriques; Américo da Conceição Pereira e Augusto Manuel Barros Alves. -----

--- Estiveram presentes, em representação da Câmara, a Senhora Presidente, Anabela Gaspar de Freitas; o Senhor Vice-Presidente, Hugo Renato Ferreira Cristóvão; a Senhora Vereadora, Maria de Lurdes Ferromau Fernandes; o Senhor Vereador, Tiago Manuel Henriques Carrão; a Senhora Vereadora, Filipa Alexandra Ferreira Fernandes; o Senhor Vereador, Luis António Antunes Francisco e o Senhor Vereador, Hélder Duarte Henriques. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu inscrições para Intervenção do Público de acordo com o nº 4, do Artº 38º, do Regimento da Assembleia Municipal, verificando-se as seguintes intervenções: -----

--- João Roque, residente em S. Pedro de Tomar, que começou por afirmar que, nos últimos anos, tem lidado com um problema grave, que é o estado das estradas, que diz compreender perfeitamente que é preciso repavimentar, após a execução da obra, mais que necessária para colocar saneamento básico, no entanto afirmou que a obra já demora há imenso tempo. Disse que notou que em outras freguesias houve pavimentação antecipada, fez reclamação junto da Tejo Ambiente, inclusivamente no livro de reclamações. A resposta que lhe deram foi mentirosa, que tinha sido devido ao mau tempo, o



motivo pela qual não teria sido possível pavimentar, não sendo verdade, porque ao mesmo tempo pavimentaram em outros locais, nomeadamente na estrada da Serra. Questionou os presentes se já viram o estado em que está a pavimentação da referida estrada, e o mesmo se passa no Coito e, a de S. Pedro, já se está a deformar. Afirmou que, sempre que vem a Tomar, tem de vir por Alverangel, porque já não tem paciência de passar na via que dá acesso a S. Pedro. Solicitou que alguém exija à empresa, que faça o trabalho como deve ser. Disse ter reparado que não havia cofragem a segurar a abertura que foi feita para passar a canalização. Referiu que, na semana seguinte, morreu um indivíduo que estava a trabalhar na referida vala, sem cofragem e, segundo consta, a máquina lhe caiu para cima. Perguntou, como é que nos dias de hoje, no Portugal de Abril, no Portugal democrático, é possível uma empresa fazer um trabalho daquela natureza, questionando se não há fiscalização. Disse que colocou a questão desta situação a quem de direito, e consta que nem está prevista verba para a Freguesia de S. Pedro de Tomar, porque parece que foi dada a outras freguesias. Sublinhou que, ficou com o veículo danificado e, quando tiver que pagar a conta, questionou a quem a vai apresentar, porque não tem a culpa da forma como aquilo está a ser feito. Por fim, solicitou uma resposta, sobre as questões apresentadas. -----

--- Senhora Presidente da Câmara Municipal, em relação à intervenção do Senhor João Roque, referiu que, de acordo com o conhecimento que tem, à data, sobre a questão levantada, o dono da obra é a Tejo Ambiente, e que contratou uma fiscalização externa para acompanhar os respetivos trabalhos. Afirmou que, numa primeira fase, e porque em alguns troços, havia só abertura de vala de um lado da estrada, e o que está previsto na empreitada, é apenas a repavimentação da vala, ficando outros troços, onde havia estrada com mais buracos, ser a Câmara a pavimentar por administração direta. Foi uma metodologia diferente assumida em S. Pedro, em que se faz a pavimentação por administração direta, ao contrário daquilo que foi assumido em duas outras empreitadas, de incluir tudo na mesma empreitada. Referiu que, o ponto de situação, neste momento, daquilo que é o decurso das obras, estão a existir trabalhos a menos, que se estão a reconverter em pavimentação, e esta semana começaram a pavimentar em algumas zonas da área da empreitada. Afirmou também, que isto não responde à questão de o trabalho estar a ser mal feito, sublinhando que o Senhor Presidente da Junta, também tem reportado essa situação, e a Câmara tem reportado à Tejo Ambiente. Afirmou que, sendo o Município de Tomar o que detém maior capital na Tejo Ambiente, a Câmara pode não aceitar a obra, e aí obriga-se o empreiteiro a repor as obras, dentro daquilo que é a qualidade, para o qual foi contratado, e isso está em cima da mesa. E, antes sequer do auto de recepção provisória, deve ser feito aquilo que a Câmara propôs, a fiscalização tem de ser feita, mas em conjunto com o Departamento de Obras da Câmara para que, quando o auto de recepção for a votação, se poder votar favoravelmente. Sobre a questão dos danos referiu que, qualquer empreiteiro tem um seguro de obra, ou seja, um cidadão que tenha um acidente, uma avaria que danifique a sua viatura, dentro do perímetro da obra, tem direito de exigir ao empreiteiro que lhe pague os danos. Essa exigência é feita através de orçamento, para a Tejo Ambiente, solicitando que seja enviado ao empreiteiro, para que possa ser ressarcido dos danos. -----

--- Sílvia Lopes, residente na Freguesia de S. Pedro, questionou o Município, para que ano está prevista a repavimentação do troço que vai da Quinta do Falcão a Vermoeiros, que está há vinte anos a necessitar de reparação, assim como a ponte da Bemposta, para quando está prevista a reabertura. -

--- Senhora Presidente da Câmara Municipal, em relação à intervenção da senhora D. Sílvia Lopes, referiu que está previsto para o Orçamento do corrente ano o projeto e, de seguida, iniciar a empreitada da estrada da cabine (Caminho Municipal 1119) e, se ficar concluído antes do final do ano a empreitada, é iniciada, mas imaginando que corre qualquer coisa mal, e a empreitada não é começada este ano, inicia-se no próximo ano. Sobre a ponte referiu que, na Freguesia de S. Pedro, existem problemas com duas pontes, estando uma delas já adjudicada, não sabendo de momento dizer qual delas é. -----

--- Adriano Marques começou por afirmar que tem uma pequena exploração na Quinta do Falcão, freguesia de S. Pedro, e não tem água para a exploração há cerca de um mês e meio, porque a água foi desligada, sem aviso prévio, no dia 10 ou 11 de março e, até ao momento, diz não ter novidades. Disse ter alguma experiência de obras públicas e, ao visitar ontem a rotura da conduta, acha estranho que se demore quase dois meses, para fazer uma reparação daquele tipo. Afirmou saber que a dita rotura, antes de ser desligada, esteve assim quarenta e cinco dias. Sublinhou que, se está num período de estiagem, não chove, os pequenos agricultores estão com dificuldades. Disse que tinha telefonado à DRAP e, não há nada de novo. Afirmou que, através de uma transmissão da Rádio Hertz, viu que apareceram de repente três empresas particulares, o que o deixou preocupado. Ao ter acesso ao esboço de uma das empresas, verificou que comporta um engenheiro civil, um engenheiro agrónomo e um trabalhador indiferenciado, se não for assim disse esperar que o emendem. Sublinhou que, não



Ihe parece, que o perímetro de rega da Barragem do Carril, possa comportar três pessoas a tempo inteiro, porque vai acarretar custos enormes para os agricultores, porque se dividirmos as parcelas rústicas, pelo número de agricultores, vai dar qualquer coisa como 0.41 hectares, por parcela, sendo um mini, mini fundio. Perguntou também, sendo a Câmara que está a tomar conta, em vez das Juntas de Freguesia, se já esgotou todos os esforços, para sensibilizar os agricultores, para se juntarem e constituírem uma junta de agricultores, ou outra coisa, porque ir diretamente entregar isto a uma empresa particular, sabe-se que vai acarretar imensos custos para os agricultores. Disse desconhecer como é que essas empresas, tiveram conhecimento desse concurso, se é que o houve, e se há ou não caderno de encargos. Terminou dizendo, não ter conhecimento que houvesse algum concurso para uma empresa, tomar conta do perímetro de rega da Barragem do Carril. -----

--- Senhora Presidente da Câmara Municipal em relação à intervenção do senhor Adriano Marques, começou por afirmar, como ponto prévio, que a Câmara não tem competência, por enquanto, para intervir na Barragem do Carril. Sobre a questão da rotura, saiu um primeiro edital, informando que, estariam sem abastecimento de água até 31 de março e, no final de abril, mantém-se a situação. Disse que tem insistido com a DRAP-LVT, e a última informação que deram foi que, ao dia de hoje, mas pelos vistos não, estaria reparada. Informou que, está marcada para o dia 2 de maio, uma reunião na Câmara de Tomar, sobre esta questão e sobre segunda, que também colocou. Afirmou, como ponto prévio, que a DRAP-LVT, classificou a Barragem do Carril de outra forma, porque a que tinha até agora, só podia ser gerida por juntas de agricultores e, nunca foi possível constituir juntas de agricultores, embora as Juntas de Freguesias e a própria Câmara, se tenham envolvido em reuniões, para a tentativa da constituição da referida junta, para gerir a barragem e, aquilo que é reportado, é que será sempre o agricultor que terá de pagar a água que utiliza. Referiu que, a nova classificação que a Barragem do Carril tem neste momento, já não pode ser gerida por uma junta de agricultores, e pode ser gerida por uma, de duas formas, ou por uma gestão totalmente privada, com a qual disse não concordar, ou por uma gestão público-privada, em que o Município entra para a gestão. E, disse não concordar com uma gestão totalmente privada, porque a água é um bem escasso, não sendo, neste caso, para consumo humano, mas para atividades agrícolas, que foi para isso que foi construída, com um perímetro de rega. Disse defender que, o sócio maioritário tem de ser o Estado, podendo ser dividido entre Câmara Municipal e a DRAP-LVT e, aquilo que a Câmara tem dito nas reuniões, é que existem três empresas interessadas num modelo destes, de gestão público-privada. Disse desconhecer quais são as empresas, já que a DRAP-LVT não o disse, esperando que no dia 2, quando vierem á reunião, e porque também vão ao local, para verificar se a rutura está ou não reparada, que apresentem o portfólio das empresas que estão interessadas. Imaginando que são três empresas, há que reunir com as mesmas e, impor aquilo que acabou de dizer. Referiu também que, a Câmara só aceita, num modelo de gestão que vier a existir para a Barragem do Carril, se for maioritária. -----

--- O senhor Presidente da Assembleia Municipal, na sequência do requerimento do Grupo Municipal do PSD, entregue à Mesa da Assembleia e, antecedendo o PAOD deu a palavra ao deputado municipal João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro. -----

--- João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro, do Partido Social Democrata referiu que, entende ser o momento, para o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, se possa pronunciar sobre o requerimento enviado pelo Grupo Municipal do PSD, relativo ao "Provedor do Município" porque foi falado na Comissão Permanente e, não sendo uma questão pacífica, que essa questão podia ser falada no PAOD, mas se rejeitar essa proposta e, se o plenário também a rejeitar, ficaremos a saber se poderemos falar, ou não, sobre o referido assunto no PAOD, porque se ficarmos a saber agora, que o referido ponto, tem grelha de tempos, não falaremos no PAOD sobre essa questão. -----

--- Senhor Presidente da Assembleia Municipal afirmou que, deram entrada alguns requerimentos sobre pontos em discussão, relativos à ordem de trabalhos e, lembrou que, na Comissão Permanente, deu o seu entendimento, de que questões relacionadas com pessoas, não deviam ser debatidas, até para defesa das pessoas em causa. Também disse que estaria disponível para acrescentar tempo no PAOD, se fosse o caso. Afirmou que, o Requerimento do Grupo Municipal do PSD, até diz que não é regular não haver tempo, tendo enviado um pedido de parecer à ANAM, cuja resposta foi recebida e, que diz que existe regularidade, até disse propor a alteração de ponto. Sobre o requerimento, afirmou que a sua proposta é, em primeiro lugar, por uma questão de princípio, num debate de nomes, de não aceitar, e enviar para decisão do plenário, que é soberano e que não irá entra nessa decisão. -----

--- Entrando no **Período de Antes da Ordem do Dia**, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu inscrições para o uso da palavra, tendo-se verificado as seguintes intervenções: -----



--- Bruno Vítor Domingos Graça, da Coligação Democrática Unitária, fez uma intervenção do seguinte teor: *“Na segunda sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Tomar, consta um ponto que se resume a uma votação de uma proposta aprovada, por escrutínio secreto, de 57%, pelos eleitos que integram o executivo da Câmara Municipal, que pretende nomear o Provedor do Município. Este é um processo que, pela forma como decorre, desde o seu longínquo início, afinal mais não evidencia que a arrogância e postura, sempre mediocre do Partido Socialista. Dito isto, para a CDU, este não é, no entanto, um assunto relevante, já que não tem qualquer impacto significativo no desenvolvimento do concelho, ou na resolução dos problemas da sua população. A CDU dirá mesmo que, este é um não assunto, cujo o único objectivo, ao lhe dar visibilidade, é procurar desviar as atenções e debates públicos, dos verdadeiros problemas do concelho e população, procurando ofuscá-los, com consciente mediatização, que é artificialmente criada à sua volta. Para o Governo, e para este poder autárquico, seria bem mais penoso que as atenções das populações, estivessem focados para os tarifários escandalosos praticados pela Tejo Ambiente, e para a qualidade do serviço que esta empresa presta, para o saneamento do concelho, e a poluição do Rio Nabão. Que as discussões fossem à volta da rede pública, em baixa, na distribuição domiciliária de água. Que centrassem nas urgências médico-cirúrgicas do Hospital de Nossa Senhora da Graça, que não temos. Nas horas de espera, por falta de médicos nas urgências básicas que nos restam e, no encerramento cíclico do bloco de partos e urgências de obstetria e ginecologia do Centros Hospitalar do Médio Tejo. Na rede pública de creches, que não temos. Na rede pública de Lares, que não existe. Nos problemas da agricultura familiar, que o Mercado Municipal, não estimula. Na habitação, cujo preço de renda e aquisição, não param de subir. No abandono oficial, a que é votado o Aqueduto dos Pegões e a Mata Nacional dos Sete Montes, os espaços dos jardins, na reindustrialização do concelho, que continua fora da ordem do dia, no aumento especulativo do custo de vida, na desvalorização de salários e pensões, que acrescenta pobreza à pobreza. Afinal, a importância deste ponto não passa de, eventualmente, ter o de assumir um final feliz, para liquidação de contas eleitorais dentro do Partido Socialista.* -----

--- Francisco Pires da Silva Carvalhão Tavares, do CDS/Partido Popular referiu que, a cerimónia realizada no passado dia 25 de Abril, foi uma vergonha, porque se continua neste concelho, sem aproximar os munícipes dos políticos. Preguntando ao público, hoje presente, quantos deles sabiam da existência de uma cerimónia do 25 de Abril, nos Paços do Concelho. Referiu que, já que se vai falar de contas nesta sessão, e em que se vai gastar tanto dinheiro em comunicação, pedir ao Senhor Presidente da Assembleia, em jeito de requerimento, que gostaria que fosse partilhado por todos os Deputados Municipais, de que forma foi partilhado o evento do 25 de Abril, em que sítios é que saiu, sugerindo a consulta das redes sociais do Município, e ver a forma como o 25 de Abril é tratado. Porque não se pode vir para a Assembleia falar desta data, e do povo, e depois o povo não sabe que aqui estávamos. Porque quando saiu da sessão referiu que, na esplanada, comentava-se que os políticos estavam a distribuir cravos, não fazendo a mínima ideia que se estava numa sessão comemorativa, sendo convidados presentes, políticos, militares e familiares, sendo importante aproximar os políticos do povo. Sobre a comunicação da Assembleia Municipal com os tomarenses, disse que gostaria que no final do mandato se conseguisse que os tomarenses estivessem mais próximos dos políticos. Lembrou que, já foram aprovadas dezenas de moções sobre o tema da comunicação, e continua sem nada se fazer. Questionou a Senhora Presidente da Câmara Municipal, sobre a alteração de pelouros dos Senhores Vereadores, afirmando que lhe custa saber pela comunicação social, dessas alterações, e o que levou a essas alterações. -----

--- Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que, seguiu o procedimento normal, foram emitidos editais, para os sítios do costume, jornais locais e regionais, no facebook do Município, embora tendo afirmado de que se terá de encontrar uma forma, com a Câmara Municipal, de agilizar o processo de comunicação, manifestando total disponibilidade para esse efeito. -----

--- João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro, do Partido Social Democrata, relativamente à Barragem do Carril, afirmou haver da parte dos Vereadores do PSD, um conjunto de intervenções e requerimentos, esperando que este assunto seja resolvido com responsabilidade. Questionou a Câmara Municipal, como tinha decorrido o Conselho Municipal de Educação, realizado em julho do ano passado, e no qual ia ser debatida a Carta Educativa. Sobre a casa de Cardelas, pediu ao Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, que respondesse à Assembleia Municipal, sem se rir, o que respondeu ao jornal “O Templário” que a “Câmara não se licencia a si própria”. Perguntou também, como está o ponto de situação dos dezanove milhões euros, para a modernização das condutas da Etar de Seiça, na sequência do que foi dito pelo Ministro do Ambiente, em entrevista ao jornal “Expresso”, de 18 de abril de 2021, em que seriam tomadas medidas para a resolução do problema. Ainda sobre a casa de Cardelas afirmou que, a Senhora Presidente da Câmara Municipal tinha dito que não havia necessidade



de consultar o mercado, porque a casa estava à venda numa imobiliária, pelo que requeria a cópia da escritura, na qual está escrito que não tinha havido intermediação imobiliária. -----

--- Bruno Vítor Domingos Graça, da Coligação Democrática Unitária (2ª intervenção) apresentou a proposta sobre a Barragem do Carril e a saudação ao Dia Internacional dos Trabalhadores, em nome do Grupo Municipal da CDU. -----

--- Miguel José Costa Coelho Rodrigues, do Partido Social Democrata apresentou a Moção do Grupo Municipal do PSD, sobre os Serviços de Urbanismo, exemplificando com a falta de técnicos no referido Serviço, comparando com Municípios próximos, e com o atraso de aprovação de projetos. Relativamente à plataforma, e ainda bem que se fez, no entanto agora é necessário a continua modernização, em que os técnicos possam instruir os processos, saber onde se encontram, a cada momento, porque naturalmente os clientes perguntam, quanto tempo demoram as aprovações, porque agora funcionam pior do que no tempo da alteração do PDM. Questionou o atraso das obras da Air Liquide, se é uma questão de licenciamento de obras, esperando que não tenham desistido do projeto, porque o investimento poderá estar a ser travado, devido a burocracias nos Serviços de Urbanismo, sublinhando ser um dos exemplos. Referiu que o PSD, se solidariza com a população de S. Pedro de Tomar, relativamente ao atraso das obras. Questionou também, sobre o abatimento do pavimento de Valdonas e Juncais, porque sendo uma obra recente, e um erro de construção, como é que a Câmara Municipal vai tratar este assunto. -----

--- Américo Matos Fernandes Costa, do Partido CHEGA referiu a perigosidade das águas do Rio Nabão, pela sua má qualidade e a sua utilização para banhos, pelas crianças, durante a época balnear, sugerindo, mais uma vez, a colocação de umas placas identificativas, na zona urbana do rio, de que a água é imprópria para banhos, evitando assim qualquer desgraça. De seguida, apresentou uma Recomendação, sobre a "Criação de um Fundo de Solidariedade Social". Sobre as moções apresentadas pelos Grupos Municipais e, relativamente à apresentada pelo Bloco de Esquerda, questionou se, quando fala em fascismo, se está a referir a Portugal e, se sim, aconselhou o Deputado Municipal Paulo Mendes, a rever a definição de ditaduras fascistas. Tendo de seguida, feito uma intervenção do seguinte teor: *"Para o que foi o salazarismo? Não faça deturpação ideológica de factos históricos. Como quer saudar o 25 de Abril, como sendo e, passo a citar «a expulsão da democracia». Depreendemos que, seja uma expulsão negativa, pois concedeu a partidos marxistas, leninistas, trotskistas e estalinistas, o direito de se fazerem representar no espectro político português, com a esquerda, e extrema esquerda, a governar o país, nestes últimos quarenta e nove anos. Enquanto apregoam os cravos ao peito, os portugueses não têm o que comer à mesa. É essa, a vossa visão de democracia? Para nós, o início da democracia, deu-se com o 25 de novembro de 1975 e, comunismo nunca mais. O CHEGA, apoia e apoiará sempre todos os trabalhadores e portugueses de bem, sem discriminar qualquer português. Fascismo e comunismo, é exatamente a mesma coisa. Doutrinas políticas, que eu totalmente condeno, ambas".* Sobre a moção do PS "Preservar o passado para construir o futuro" referiu o seguinte *"Vamos saudar a Câmara Municipal, por preservar o passado? É exigido aos municípios um esforço, para a preservação, proteção e salvaguarda do património? O Município tem de assumir as suas funções, ao nível cultural, social, educativo e turístico".* Relativamente à moção do PS "Oferta formativa de doutoramento pelos politécnicos e adoção da designação, em inglês, de «Polytechnic University», para alavancar o desenvolvimento das regiões e do país", referiu o seguinte: *"Qual o sentido desta moção, quando já existem campanhas de divulgação e feiras da especialidade, como o caso da Futurália".* Relativamente à moção do Grupo Municipal da CDU - "Barragem do Carril", referiu o seguinte: *"Pedir a alteração, onde se refere, a «Comissão Permanente», para a reunião com os responsáveis, para a «Comissão do Ambiente das Alterações Climáticas» ou para a «Comissão das Atividades Económicas e Turísticas»".* -----

--- Augusto Manuel Barros Alves, presidente da União de Freguesias de S. João Baptista e Santa Maria dos Olivais, sobre a Barragem do Carril, afirmou que, tem sido um caso que tem tido avanços e recuos, porque chegou a ser formada uma Junta de Agricultores, com diversos Presidente de Junta, onde a albufeira da barragem converge, havendo pessoas de boa fé, interessadas em formar a referida Junta de Agricultores, houve eleições e, passados poucos minutos, desbancou em violência e as pessoas de boa fé afastaram-se, ficando as pessoas que queriam que a água corresse de noite e dia sem controle, que é o que tem acontecido. -----

--- Célia Maria Nunes Azevedo Bonet, do Partido Social Democrata, apresentou a moção do PSD, denominada "Pelo direito à saúde". -----

--- Ricardo Jorge Martins Carlos, do Partido Social Democrata, solidarizou-se com os cidadãos de S. Pedro de Tomar, que têm sofrido com a referida obra, o que é inqualificável, assim como também a passividade da Tejo Ambiente, e da Câmara Municipal, perante este problema e outros, como os já



referidos casos de Juncais e Valdonas, que foram pavimentadas, com dinheiro da Câmara Municipal. Afirmou também que, não andou no 25 de Abril a distribuir cravos, pela cidade de Tomar, e preza que as pessoas possam ter a liberdade de poder falar sobre os pontos da ordem de trabalhos, sem medo daquilo que se possa dizer. Sobre a moção da CDU, relativa ao "1º de Maio" referiu que, a saúdam, sublinhando, no entanto, que existem mais atividades além da promovida pela CGTP, que também merecem ser chamadas a atenção. Sobre a moção do BE e, sendo verdade os cortes impostos pela troika, também foram aprovados pelo BE, numa série de orçamentos, em que poderiam ter revertido esses cortes. Sobre a Barragem do Carril, afirmou ser um problema que terá de ser resolvido rapidamente. Sobre a moção do CHEGA, relativa ao "Fundo de Solidariedade", disse que a achava um pouco confusa, porque tem coisas que são exequíveis, outras que o não são, e outras que já existem, e algumas que nunca vão existir, sendo difícil a sua aprovação. Sobre as moções do PS, e relativamente às obras, a Câmara deve naturalmente acompanhar aquelas que são as necessidades e, muitas as vezes, obras que deviam ser exigidas e feitas pelo Estado Central. Sobre a moção do "Registo Civil", está-se a pedir à Câmara, que faça o seu trabalho e, sobre a oferta formativa, disse parecer bem.

--- Miguel José Costa Coelho Rodrigues, do Partido Social Democrata (2ª intervenção), sobre a moção do "Serviço Público, disse não serem contra à redução do serviço público em Tomar, no entanto, disse temer que esteja intimamente ligado à crise demográfica que se atravessa e, que seja a continuação da perda de serviços públicos, sendo necessário diagnosticar corretamente porque é que isto acontece.

--- Paulo Alexandre Martins Mendes, do Bloco de Esquerda começou por apresentar a moção do Bloco de Esquerda sobre a "Saudação ao 1º de Maio". Sobre as restantes moções apresentadas e, relativamente à do PSD, "Por uns serviços de urbanismo eficazes", referiu o seguinte: *"Concordando que os pedidos de licenciamento passam por um processo exageradamente burocrático, que pode e deve ser simplificado, concordando que se deva modernizar a plataforma de instrução de processos para colmatar essa burocracia, já não consigo concordar, sequer entender, que a proposta passe por, e passo a citar «reforçar em recursos humanos a Divisão de Urbanismo». Quando o relatório que vamos hoje aqui votar, da Prestação de Contas de 2022, diz claramente e, passo novamente a citar "A despesa com o pessoal, sofreu um incremento de 7.5%, face a 2021, e que corresponde a 52% da despesa corrente, e que continua a assumir um nível preocupante, que pode desequilibrar a gestão do Município, comprometendo a capacidade de honrar os seus compromissos financeiros, como o pagamento e a realização de investimentos». Aquilo que o PSD aqui propõe, é a contratação de mais funcionários, ou seja, agravar ainda mais a despesa com o pessoal e, desequilibrar, ainda mais a gestão do Município".* Afirmou também que, a perplexidade aumenta, porque tiveram acesso à Deliberação de Câmara, em relação à Prestação de Contas do Município de Tomar de 2022, que diz que os Vereadores do PSD, na sua declaração de voto, justificativa do seu voto contra, referiram, e passa a citar *"a incapacidade para apontar soluções para problemas crónicos, que estão bem identificados, nomeadamente no presente relatório, que comprometem o futuro da gestão da autarquia, como o do crescente e futuramente incontrolável valor de despesas com o pessoal"*. Sublinhou que o PSD, está no Executivo Municipal, argumentando para votar contra, que há despesas com o pessoal excessivas, e aquilo que estão a propor a seguir, é a contratação de mais pessoal. Sobre a moção do CHEGA, relativa à "Criação de um Fundo de Solidariedade Social" referiu que, a teve de reler mais que uma vez, e a perplexidade foi aumentando, conforme a ia lendo. Afirmou que, o partido que critica constantemente a subsidiodependência no país, que diz que se for governo, aposta na fiscalização, para desencorajar a subsidiodependência, vem agora propor que sejam atribuídos pelo Município subsídios, na forma de comparticipações, a uma panóplia de situações. Referiu que, algumas das situações são completamente inusitadas, nomeadamente a *"comparticipação nas despesas de participação em eventos, destinados a pessoas com deficiência, a realizar fora dos limites do concelho"* afirmando que, a ansia de atribuir comparticipações é tanta, que a moção avança com propostas que já estão contempladas, e que são implementadas por Lei, como é o caso dos manuais escolares gratuitos, das comparticipações nos custos nos transportes escolares, que está participado pela Ação Social Escolar, e pelo Município, assim como as bolsas para os alunos do ensino superior, que está a ser implementada, e que hoje vai aqui ser votada. Sublinhou que o está a ser apresentado, é pura demagogia, com propostas que já estão a ser feitas, e não há uma única explicação sobre a origem das verbas, e como serão distribuídas. Por último comentou aquilo que aconteceu na Assembleia Municipal Comemorativa do 25 de Abril, durante a intervenção do eleito do Partido CHEGA, onde literalmente, foi dando uma no cravo e outra na ferradura, em que referiu algumas conquistas de Abril, para depois fazer uma apologia, que diz considerar inaceitável, do Estado Novo, referindo "nativos das províncias ultramarinas", e não das colónias, para pouco depois referir que Portugal enfrentava uma

A
E

guerra colonial, indicando como dados efetivos, que “mesmo com uma guerra colonial, Portugal de 1971 a 1973, cresceu em média 5,54% e, depois de 1974, só cresceu em média 2%”, mas não disse em que indicador, não se sabendo assim a que se estava a referir. Referiu também que, no “índice de desenvolvimento humano, ocupamos hoje a 38ª posição do ranking mundial, quando em 25 de Abril de 1974, éramos o 23º país do mundo”. Na sequência, referiu dois problemas que se colocam, o primeiro é que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), só foi criado em 1990, pelas Nações Unidas e, o segundo problema, é que mesmo o líder do Partido CHEGA, André Ventura, referiu em entrevista, que está publicada, que ocupamos hoje a 38ª posição do ranking mundial, quando em 1975, um ano após a Revolução, éramos o 23º país do mundo. Questionou, porque não referiu os índices da década de 40, 50, 60 ou mesmo de 70, 71 ou 72. Afirmou ainda que, “a corrupção não era tolerada e, se não conhece episódios de corrupção antes do regime democrático”, sem perceber que, no início da intervenção, tinha explicado o motivo, ao referir como inegável modificação do 25 de Abril, a liberdade de imprensa, pois o tristemente famoso lápis azul, censurava toda a informação, e era filtrada de forma a enaltecer o regime que era, *persi*, corrupto. Por último, referiu a lamentável missiva enviada pela Coordenadora da Comissão Política do Partido CHEGA, ao Presidente da Assembleia Municipal, ameaçando utilizar todos os meios de protesto disponíveis, a propósito de se manterem em quarto lugar, na ordem de intervenção, não percebendo algo tão simples, que dois são mais que um, leva depois a que também se diga, passando a citar, que “houve 1906 municípios, que votaram democraticamente nas eleições autárquicas, no Partido CHEGA”, referindo que percebe que o número soa familiar, 1926 e a ditadura militar, questionando o eleito referido, de quantos votos teve para estar como eleito na Assembleia Municipal. Informou de seguida que, o representante do Partido CHEGA, foi eleito para a Assembleia Municipal com 1284 votos, que são menos 622 votos, dos referidos. Na sequência, colocou duas questões, a primeira, a intimidação e a mentira, não são solução, a segunda questão, e a este ritmo de crescimento, quando houver eleições, estarão a falar em primeiro lugar. ---

--- Susana Alexandra Ferreira Faria, do Partido Socialista, sobre a intervenção do Deputado Municipal Ricardo Carlos, do Grupo Municipal do PSD, respondeu que tinham distribuído cravos nessa manhã, e com muito orgulho, como membro do Partido Socialista de Tomar e, não enquanto membro da Assembleia Municipal de Tomar, retomando-se algo que era habitual no 25 de Abril, não percebendo o desconforto que possa causar. Relativamente à “Proposta de nomeação do Provedor do Município do Concelho de Tomar”, o que está em causa, é um nome que será apresentado, para votação, realçando ser um nome e não outra coisa, e o PS considera que não se deve discutir o nome e, sendo uma proposta, os Senhores Deputados Municipais, se concordarem votam sim, caso contrário votam não. Disse não estar contra a discutir qualquer tema, agora está contra a discutir o nome de uma pessoa, publicamente, independentemente de quem quer que ela seja. Sobre as moções apresentadas, e relativamente às do PSD, “Por uns Serviços de Urbanismo eficazes” referiu que, nessa área tem sido feita uma evolução significativa para a melhoria dos serviços prestados, nomeadamente os serviços online, que têm vindo a ser implementados. No entanto suscitou dúvidas, relativamente aos custos que esta moção pode acarretar, quando se fala em reforçar os recursos humanos, e com isso não poderão concordar. Sobre a moção “Pelo direito à saúde”, recordou que a Assembleia Municipal, promoveu uma discussão sobre este tema, e muitas das coisas que foram ditas pelos responsáveis dessa área, não corroboram com o que vem escrito na referida moção. Sublinhou que, o Partido Socialista é e será sempre, um defensor da saúde, no entanto esta moção poderá ser inadequada no tempo, quando se sabe que está em discussão a criação de uma ULS, a muito curto espaço de tempo, uma nova estrutura, não sendo o tempo mais adequado para esta moção. Sobre a moção do Partido CHEGA, referiu que, o que está mencionado, é uma grande confusão de ideias, sendo que a maior parte delas já existem. Relativamente à moção da CDU, sobre a “Barragem do Carril” afirmou estarem de acordo. Sobre a intervenção do Deputado Municipal Américo Costa, quando disse que era obrigação do Município a preservação do passado, referiu que algumas destas obras, foram feitas em edifícios que não eram da sua propriedade, no entanto o Município decidiu fazer para proteger a identidade histórico-cultural, e isso tem de ser ressalvado. -----

--- Senhor Presidente da Assembleia Municipal, referiu que a Senhora Presidente da Câmara Municipal tinha enviado dados sobre a ULS, na qual a Comissão de Saúde deve acompanhar e, que na passada reunião da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, em que estiveram presentes o Senhor Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Médio Tejo e a Senhora Diretora da ACES, foi decidida a realização de uma assembleia extraordinária do CIMT, sobre o tema. Disse ter chamado a atenção, nessa reunião, não enquanto Presidente da Assembleia Municipal de Tomar, mas noutra qualidade, que seria necessário colocar este assunto em todas as assembleias municipais, até porque há partidos que estão nesta Assembleia, e que não estão representados na Assembleia da



Comunidade Intermunicipal. Sobre o Requerimento do Grupo Municipal do PSD, em que eram solicitadas, por escrito, as apresentações que foram prestadas na Conferência sobre saúde, foram enviados aos respetivos serviços do CHMT e da ACES do Médio Tejo, aguardando-se a resposta. ---

--- Américo da Conceição Pereira, Presidente da União de Freguesias de Serra e Junceira, sobre as moções referentes ao 1º de Maio, referiu que, quer o 1º de Maio, quer o 25 de Abril, não são um produto exclusivo da esquerda, mas dos trabalhadores e do povo português, afirmando que irá votar favoravelmente, assim como as moções apresentadas pelos Grupos Municipais do PSD e do PS. Relativamente à moção do Partido CHEGA, votará contra, porque não está mencionada a origem do dinheiro e sobre a proposta dos apoios, afirmou já ter sido tudo dito. Sobre a Barragem do Carril, afirmou que a Freguesia da Junceira, foi a mais penalizada com a construção da Barragem do Carril, foi destruída uma barragem romana, bem como todos os canais que levavam a água para o lagar do Choca-Palhas, que era do tempo da Ordem de Cristo, destruiu todos aqueles campos com uma conduta, que atravessa de forma transversal, desde o Choca-Palhas a Cardelas, e que vai alimentar os mais de quarenta hidrantes. Referiu que a DRAP-LVT, nunca teve coragem de gerir aquilo em condições e, começou logo com uma comissão, lembrando que o Senhor Eng. Bill, foi o primeiro Presidente da Junta de Agricultores, e que tinha de ser criada, nos termos do artigo 53º e 54º do Regime Jurídico das Obras de Aproveitamento Hidroagrícolas, aprovado pelo Decreto-Lei nº 269/82. Essa Junta de Agricultores, foi do pior que se podia imaginar, por boicote claro dos beneficiários, estando durante anos, sem que a DRAP-LVT, fizesse o que quer que fosse. Há cerca de quatro anos, depois de uma tentativa, foi constituída uma outra Junta de Agricultores e, mais uma vez, boicotada, porque os beneficiários querem ter água sem a pagar, havendo canhões de água a trabalhar vinte e quatro horas, mesmo no verão, em que se vê água na ribeira. Referiu que, a única responsável é a DRAP-LVT, porque nem Câmara Municipal, nem a Junta de Freguesia, nada têm a ver com isto. Referiu que, agora, com a alteração da Lei, vão acabar as Juntas de Agricultores, e todos os aproveitamentos hidroelétricos têm de ser concessionados e, se isto funcionasse como deve ser, a DRAP-LVT, tinha seis meses, para pôr a concessão a funcionar e, mais tarde, com nova portaria é reclassificada a barragem, passando do grupo 4, para o grupo 10, e com esta reclassificação podem entrar as autarquias, os privados. Mostrou preocupação, porque não sabe como é que a DRAP-LVT vai fazer isto e, se a Câmara assumir isto, vai ser muito complicado. Afirmou que, com esta Junta de Agricultores, houve proprietários que inviabilizaram o acesso às caixas dos hidrantes, para se fazer a leitura dos contadores. Afirmou que quem for assumir a concessão, vai ter um enorme problema, porque muitas das explorações que estão a funcionar, e bem, não têm ligação aos contadores. Referiu que, ou a DRAP-LVT assume as suas responsabilidades, ou a barragem não terá futuro. Afirmou também que o ICNF, consegue concessionar a exploração da barragem, da albufeira, o que é uma grande confusão. Salientou, por último, que a Portaria fala em todas as freguesias, menos na Freguesia de Olalhas. -----

--- Bruno Vítor Domingos Graça, da Coligação Democrática Unitária (3ª intervenção) sobre as moções apresentadas pelos Grupos Municipais, afirmou que votarão favoravelmente as moções do PSD, registando a evolução do PSD sobre muitos temas da saúde, que se tem vindo a debater e, sobre os Serviços de Urbanismo, disse entender que a Câmara Municipal deve ter os recursos necessários para executar aquilo que lhe é pedido, e essa é a questão central e, quando se fala no aumento em 9% com os trabalhadores, esquecem-se do aumento em 47% na aquisição de bens e serviços. Votará a favor da moção do BE. Sobre a moção do Partido CHEGA, votarão contra, porque trata-se de uma proposta com inúmeras incorreções, tem um âmbito assistencialista, que rejeitam por completo, porque o que é necessário, é trabalho com direitos, salários e reformas dignas e, quando isto estiver resolvido, não é necessário o assistencialismo. Sobre as propostas do PS, irão votar favoravelmente, referindo, no entanto, que é preciso garantir todo o património arquitetónico, podendo ser acrescentado também os Amigos do Aqueduto, porque mesmo o pouco que se tem feito no Aqueduto, deve-se ao trabalho dos Amigos do Aqueduto e, chamar a atenção da Câmara Municipal, para garantir a preservação do referido monumento. Quanto aos serviços públicos, é um recardo interno, que naturalmente podem subscrever, para que os serviços públicos em Tomar, não sejam diminuídos. Sobre a questão do Politécnico, disse valer a pena investir, no sentido de o tornar cada vez mais conhecido e atrativo. -----

--- Senhora Presidente da Câmara Municipal, sobre a Barragem do Carril afirmou que, todos devem ter percebido, que se está perante um processo de descentralização encapotado. Sublinhou o que o Deputado Municipal Américo Pereira disse, sobre uma incapacidade de gestão, ao longo de quase trinta anos da Barragem do Carril, por parte da DRAP-LVT, e a desclassificação, é claramente um assumir dessa incapacidade, e a está a *chutar* para os Municípios. Nesta questão, disse que o Estado tem de ser maioritário, mas tem de ser Estado, Município e DRAP-LVT, seja qual for a configuração que tenha, porque não podem deixar adensar os problemas e, depois com uma Portaria, entregar este



problema. Referiu que vai ter uma reunião com a DRAP-LVT, dia 2 de maio, na Câmara, e disse não ver nenhum problema, em que a Comissão Permanente, esteja presente, mas tem de colocar essa questão à DRAP-LVT e, depois informará. Sobre a questão colocada pelo Deputado Municipal Francisco Tavares, relativa à alteração de pelouros afirmou que, é uma prerrogativa da Presidente e, a base dessa alteração, tem a ver com uma rotatividade de funções. Sobre as questões apresentadas pelos Deputados Municipais Miguel Rodrigues e Ricardo Carlos, relativa às pavimentações, disse que quando as coisas não estão bem, existe o auto de recepção provisório, que não deve ser aceite se existir defeitos na empreitada. No entanto, se existir um abatimento, o empreiteiro é obrigado a reparar, sem custos para o dono da obra, porque existe um prazo de garantia. Respondendo ao Deputado Municipal João Tenreiro, sobre a casa de Cardelas, referiu que o Município está no mercado, e está a adquirir habitações, e pode fazê-lo através de agências imobiliárias, ou através de particulares e, aí é uma negociação direta, entre o particular e os serviços financeiros da Câmara. Sobre a reabilitação hidrográfica do Rio Nabão referiu que, tem duas intervenções, uma na ETAR de Seiça, que está a decorrer, tendo havido financiamento e, a outra, mais pesada, tem a ver com toda a construção de separativos, de sistemas de tratamento de águas, de condutas de saneamento, e que tinha um orçamento, na altura, porque já aumentou, de dezanove milhões de euros e o Senhor Ministro do Ambiente, comprometeu-se, à data da sua visita a Tomar, a garantia desse financiamento, não tendo sido garantido no PRR, que em sede de discussão pública, foi colocada a sua inclusão, e neste momento, o PRR está em renegociação e, que nesta fase, seja incluído. Se falhar, existem mais dois caminhos, um é através de um programa temático nacional, abriram um aviso de candidatura específico só para isso, o outro, não é só Tomar que o pode fazer, tem de entrar em acordo com outras autarquias da bacia hidrográfica do Rio Nabão, para se unirem e contraírem um empréstimo bancário para a construção do que é necessário. Relativamente às outras questões, pediu permissão para que fossem respondidas pelo Senhor Vice-Presidente. -----

--- Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal em resposta às questões colocadas pelo Deputado Municipal João Tenreiro e, relativamente à Carta Educativa, referiu que o assunto ainda não foi discutido em Conselho Municipal de Educação, que nos termos da Lei, é a única entidade que tem de dar parecer, sobre esse documento. Disse que já tinha sido comunicado, numa sessão da Assembleia Municipal, e na Comissão Municipal de Educação, as razões pelas quais o documento ainda não se encontra pronto e apto, para ser presente ao Conselho Municipal de Educação. Afirmou que, quer no momento da participação, na fase de diagnóstico, que nos termos da Lei, só ao Conselho Municipal de Educação é obrigatório, mas que foi estendido, não só a todos os autarcas, mas às instituições, e a todos os cidadãos e, que foi divulgado em dois momentos distintos, através da plataforma disponibilizada através do site Municipal e, apesar do interesse que muitas vezes é manifestado, foram pouquíssimos os Deputados Municipais que intervieram nessa fase de diagnóstico. Disse também que, apesar do documento não estar ainda apto, a ser apresentado ao Conselho Municipal de Educação, foi acordado na reunião da Comissão de Educação, o envio desse documento, que é ainda uma versão de trabalho, tendo sido distribuído à Assembleia Municipal, aos elementos da Comissão, a outros autarcas e instituições e, até hoje, não chegou nenhuma sugestão, crítica ou observação, sobre esse documento, e já passaram mais de dois meses. Sobre a casa de Cardelas referiu que, o Município, entenda-se os Serviços Municipais, dos Gabinetes Financeiro e Património, de Habitação e Ação Social, e do Departamento de Obras em geral, têm feito um grande esforço estes anos, de encontrar soluções para um objetivo, que foi politicamente definido, como prioritário, que tem a ver não só, com a habitação em geral, mas com a resolução de problemas de habitação, quer de dezenas de famílias do concelho em geral, quer também da situação particular do chamado Flecheiro. Ao longo deste período, foram dezenas as intervenções, não só de reabilitações de edifícios, mas da aquisição de outros, que têm vindo a alargar o património municipal. Referiu que houve um caso, que disse já ter assumido, não só na entrevista referida, mas também em reunião de Câmara, e que terá sido incorretamente avaliado, assumindo ser o responsável político. Referiu agora que, com os serviços, se está a analisar a situação final que se vai dar. No entanto afirmou que, se o Senhor Deputado Municipal, que é Jurista, entender que a questão não é moral, mas legal, deve saber indicar qual é a Lei que o Município violou. -----

--- António Manuel Lourenço dos Santos, do Partido Social Democrata, referiu que, a última sessão terminou, praticamente, com uma intervenção da Senhora Presidente da Câmara que, com alguma veemência, se lamentou ou protestou, contra todas as insinuações que tinha sido sujeita durante toda a noite, tendo afirmado que não faz insinuações, porque o que tem a dizer diz. Disse que o tema da água já foi, nesta sessão, diversas vezes abordado, no entanto houve uma que não foi feita. Lembrou que a Senhora Presidente da Câmara afirmou, nos últimos dois meses, publicamente, no Dia do



Consumidor, e numa reunião com uma Comissão de Utentes, que Tomar paga a água três vezes mais cara, em alta, do que Lisboa, ou seja, a EPAL vende três vezes mais cara a Tomar, do que a Lisboa. Quinze dias depois disse que, já não eram três vezes, mas duas e, mais tarde, ao ter acesso a um comunicado formal da EPAL, disse que afinal vende a água a todos os Municípios, e consumidores, ao mesmo preço. Sublinhou que, não sabe o que pensar, se a Senhora Presidente está esquecida, se não tem informação. Porque não é verdade que Tomar pague a água mais cara que Lisboa, pelo menos desde janeiro. Disse não conseguir perceber, a não ser que se pense, naquilo que a Câmara Municipal de Tomar não é capaz de fazer, seja enquanto acionista principal da Tejo Ambiente, seja enquanto detentora da prossecução dos interesses próprios da população tomarense. Afirmou que, só num contexto de desorientação, é que pode entender que a Tejo Ambiente, não ataque a principal razão de ter de praticar preços altos, que são as perdas de água, que se cifram sensivelmente, em um milhão de euros por ano, desde que a Senhora Presidente assumiu a Presidência da Tejo Ambiente, dizendo não entender porque nada se faz. Lembrou a taxa de 50% de fugas de água em Tomar, um recorde entre todos os municípios, sendo a taxa média de fugas de água, em Portugal, de 27%. E tudo isso, ajuda a perceber, porque é que a Senhora Presidente, não é capaz de dizer o que faz o Gabinete de Apoio ao Investimento, para atrair empresas. -----

--- João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro, do Partido Social Democrata (2ª intervenção) começou por lembrar que, o Senhor Ministro, na altura, prometeu dezanove milhões de euros, para resolver o problema do Rio Nabão, e numa sessão da Assembleia Municipal, o PSD alertou para esta situação, desconfiando da proveniência desta verba, porque era mais uma operação de propaganda pura do PS, em época eleitoral, e o PSD foi atacado pela bancada do PS, porque se estava a fazer demagogia política e, afinal, o dinheiro não vem, e vai trazer mais encargos para Tomar e Ourém, porque se vai ter que fazer o empréstimo, terminando dizendo que tudo isto é uma brincadeira. Sobre a moção relativa aos serviços de Urbanismo afirmou que, não se estão a contradizer, quando se diz reforçar os recursos humanos, pode ser transferir de um lado para outro. Na sequência, propôs a alteração da referida moção, no ponto um, passe a ter a seguinte redação "Reorganizar os serviços da Câmara Municipal de Tomar, de modo a reforçar em recursos humanos...". Em resposta ao Senhor Vice-Presidente da Câmara afirmou que, continua a ter um discurso redondo, para não responder a nada, até culpando os Deputados Municipais, por não participarem numa discussão pública, ao ponto de pedir que indique qual foi a lei que foi violada. Afirmou que, quando se fazem os contratos na Câmara, existe uma equipa de juristas para o efeito, e se não sabe, aconselhe-se, porque é pago para isso. Sobre a questão da educação afirmou que, o Senhor Vereador informou que iam reunir, em julho, o Conselho Municipal de Educação e, na altura, o Deputado Municipal Bruno Graça afirmou que isso era uma falácia, porque sendo esse mês, o final de ano letivo, não se iriam reunir e, afinal não reuniu nada, e agora, coloca a culpa na Comissão de Educação. Sugeriu que, se tem ambições políticas para o futuro, deve corrigir um pouco mais o discurso. Respondendo ao Senhor Presidente da Mesa, disse que ouviu vários discursos do 25 de Abril e, houve algumas questões, com as quais também disse não concordar, porque não fica bem, a um Deputado Municipal, independentemente de concordar ou não, numa Assembleia ordinária, discutir o discurso de alguém, que é uma opinião, e festeja-se a liberdade, dizendo aquilo que se pensa e, a isso, chama-se democracia. -----

--- Américo Matos Fernandes Costa, do Partido CHEGA (2ª intervenção) solicitou que a Moção que apresentou, passe a Recomendação. -----

--- Presidente da Assembleia Municipal afirmou que, a moção apresentada pelo Partido CHEGA, passou a Recomendação, pelo que não será votada, sendo enviada à Câmara Municipal, como tal. ---

--- Francisco Pires da Silva Carvalhão Tavares, do CDS/Partido Popular (2ª intervenção) começou por se referir às intervenções do público, nomeadamente a um problema crónico, que são as obras, e as obras de má qualidade, mas também a qualidade da água, e as vezes que já referiram, em Assembleia, ao problema das ruturas e perda de água, que se vão mantendo, não se vendo um fim, com uma total incapacidade de os resolver. Referiu e mostrou os cartazes do 25 de abril, dos concelhos ao redor de Tomar, e o de Tomar, que a Câmara Municipal de Tomar partilhou no facebook, foi a Convocatória para a Assembleia Municipal, afirmando que não gosta que brinquem com o que se faz na Assembleia. Afirmou também que sabe qual é o protocolo, referente ao Hino Nacional e, podia-se ter feito aquilo que obrigaria a cantar o Hino, que era o hastear da bandeira, como em vários concelhos limítrofes assim o fizeram e, assim se mostrava o respeito que se tem pela Pátria. Sobre a mudança de pelouros e a informação da Senhora Presidente da Câmara Municipal, que falou da rotatividade de funções, a comunicação, a educação e os recursos humanos, são áreas, em que a referida rotatividade, poderia assentar que nem uma luva. Sobre as moções, relativamente ao BE, dizer que votará a favor, com a ressalva da questão da troika. Votará a favor as moções do PSD. Sobre a moção do PS "Preservar o



passado para construir o futuro” disse que não irá contribuir para a politização deste tipo de moções, pelo que se irá abster, votando a favor das restantes, apresentadas pelo PS, com duas ressalvas, referente à do Politécnico, a questão do alojamento e a parte de empregabilidade, e da forma que temos de a economia pode gerar emprego, que é algo que o diz preocupar. Sobre a Recomendação do Partido CHEGA, referiu estar surpreso que todos estejam mais preocupados da forma como está escrita, do que com o seu conteúdo, lembrando que, já apresentou propostas sobre o cheque farmácia, tendo sido dito que já existia e afinal não existe. Disse votar a favor a moção da CDU, relativa à Barragem do Carril, sobre a do 1º de Maio, irá abster-se, pela mesma razão que o fez pela do PS, evitando politizar este tipo de moções, que a CDU repetidamente continua a fazer, e a ligação que a CGTP tem a um único partido. Por último, respondeu ao Deputado Municipal Paulo Mendes, dizendo que a liberdade de aqui estar hoje e, dizer o que disse, é a mesma que, não foi conquistada somente em Abril, mas foi confirmada em 25 de Novembro. -----

--- Senhora Presidente da Câmara Municipal (2ª intervenção) afirmou estar muito surpreendida que Tomar não tivesse tido perdas de água, antes de ter assumido a Tejo Ambiente. E não perceber, como há perdas de água, se tivesse existido um planeamento, ao longo dos anos, de renovação das condutas, e não teríamos agora condutas com 40 e 50 anos, esperando ser remodeladas. Sobre as declarações que proferiu no Dia do Consumidor afirmou que, durante muitos anos, se comprou água às Águas Vale do Tejo, e à EPAL, três vezes acima daquilo que era o preço de venda à entidade em baixa, e em Lisboa, o preço de venda da água em alta, era publicada em portaria, anualmente, sendo facilmente validada esta questão. Disse que, quando proferiu as declarações em março, não sabia que em janeiro, tinha sido alterado, não ignorando nenhuma informação, porque não lhe a deram, e assim não poderia saber. Reafirmou que, sempre disse três vezes mais, nunca disse duas e, não invalida de continuar a defender a batalha que é, de não se justificar que Tomar pague o preço que paga, em alta, neste caso através da Tejo Ambiente, quando a água vem de Tomar, e os custos de transporte de água, não tem nada a ver com os custos de transporte para Lisboa, e para Tomar, pelo que tem de haver uma discriminativa positiva. Durante anos, junto do Regulador, se debateu, para que o preço da água, dentro do grupo das Águas de Portugal, fosse igual em todo o país, está feito, agora teremos de ir á segunda parte. Respondendo ao Senhor Deputado João Tenreiro afirmou que, ninguém está a dizer que se vai fazer um empréstimo, tem é de que haver soluções em cima da mesa, estando-se a tentar o PRR, num programa temático. Ainda em resposta ao Deputado Municipal Lourenço dos Santos afirmou que, estão perfeitamente identificadas, duzentos e cinquenta três quilómetros de condutas e, é nesses, que se vai intervir, e que representam uma intervenção de oito milhões de euros, estrando a ser integrada naquilo que é a negociação na CCDR-Centro, no âmbito do 20/30 e, se tiver de optar por intervir nas condutas, para diminuir as perdas de água, em detrimento do saneamento, a opção será as condutas de água. -----

--- António Manuel Lourenço dos Santos, do Partido Social Democrata (2ª intervenção) manifestou a sua estupefação, por a representante do maior acionista da Tejo Ambiente, não saber o preço da água, atualizada em março. -----

--- Senhora Presidente da Câmara Municipal (3ª intervenção) afirmou que, aquilo que lhe interessa saber, enquanto a maior acionista da Tejo Ambiente, é saber por quanto é que paga pelo preço da água, e não, o que o vizinho paga. O que interessa, é saber quanto é que a Tejo Ambiente paga, que é isso que todos pagamos nas nossas casas. -----

--- O Senhor presidente da Assembleia Municipal informou que que deu entrada uma moção do Grupo Municipal do Bloco de Esquerda, do seguinte teor: -----

“Moção - Saudação ao 1º de Maio -----

Há 50 anos, no 1º de Maio de 1973, apesar da ditadura fascista, trabalhadores e povo saíram às praças e ruas do país. Com grande coragem. Sabiam que haveria cargas policiais, feridos e prisões. Mas não desistiram. Em Lisboa, Porto, Coimbra, Marinha Grande, Alpiarça, Amadora, Espinho, Torres Novas e em muitos outros locais do país exprimiram a vontade coletiva para melhorar as suas condições de vida e de trabalho, combater as injustiças e desigualdades, acabar com a exploração. E lembravam o Dia Internacional do Trabalhador, as greves e as manifestações de Chicago nos EUA, pela redução da jornada de trabalho para 8 horas e que foi violentamente reprimida, com a condenação à morte de dirigentes sindicais. -----

Menos de um ano depois, chegou o 25 de Abril de 1974. A explosão de democracia marcou o início de uma conquista de direitos até aí negados: cuidados de saúde públicos, educação, habitação, o direito ao trabalho e ao salário, o reconhecimento às férias e respetivo subsídio; a proibição dos despedimentos sem justa causa e a instituição, pela primeira vez, do salário mínimo nacional no valor de 3.300 escudos. Foi também após esta data que se consagraram o direito à greve, à contratação



coletiva e à organização sindical, bem como uma nova forma de organização dos trabalhadores, as Comissões de Trabalhadores (CT). -----

Num momento em que, pelos efeitos da fortíssima inflação, da não reposição de direitos retirados no tempo da troika, dos baixos salários, das novas formas de precarização do trabalho, trabalhadores e trabalhadoras de todos os setores se têm manifestado pelo trabalho digno e pelo direito à habitação, é mais que nunca importante assinalar e valorizar o 1º de Maio, Dia Mundial do Trabalhador. E lembrar que o direito a trabalhar, em condições justas e favoráveis, com uma remuneração justa e satisfatória, que assegure ao trabalhador e à sua família uma existência compatível com a dignidade humana, é um direito humano. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Tomar reunida em sessão ordinária em 28 de abril de 2023, delibera:

1. Saudar o 1º de Maio e nele a coragem de todos e todas, que exigem dignidade, democracia e progresso social, emprego com direitos, salário e pensões dignas e serviços públicos de qualidade para todos e todas. -----

2. Saudar as lutas das trabalhadoras e dos trabalhadores dos setores público, privado e social, por condições de trabalho dignas, salários justos e contra todas as formas de precariedade ou exploração. -----

Tomar, 28 de abril de 2023 -----

O Deputado Municipal eleito pelo Bloco de Esquerda, Paulo Mendes” -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido aprovada com trinta e um votos a favor do Partido Socialista, Partido Social Democrata, Coligação Democrática Unitária, Bloco de Esquerda, CDS/Partido Popular e do Senhor Deputado Municipal Américo da Conceição Pereira, Presidente da União de Freguesias da Serra e Junceira, dos Independentes do Nordeste e um voto contra do Partido CHEGA. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que deu entrada uma moção do Grupo Municipal do Partido Social Democrata, do seguinte teor: -----

---“Moção - Por uns serviços de Urbanismo eficazes. -----

O país atravessa neste momento um grave problema de falta de habitação. -----

A procura de habitação, que disparou no período pós-crise, e a construção de novas habitações estando hoje a níveis cerca de 60% inferiores aos registados no período pré-crise, levaram a que o índice de preços tenha disparado. -----

Este problema, fazendo-se sentir sobretudo na faixa litoral, Tomar, fruto, por um lado, do forte desenvolvimento do sector turístico e, por outro, devido à procura por parte de novos residentes estrangeiros que nos escolhem para passar a sua aposentação, é também de sobremaneira afetado por este problema. -----

Para tentar responder a este problema o Governo, com o programa “Mais Habitação”, cria um conjunto de medidas no sentido de dar resposta aos graves problemas sociais causados pela carência de habitação. -----

Das medidas anunciadas, fazem parte algumas que vão no sentido de agilizar o processo técnico-administrativo de licenciamento urbanístico, desburocratizando-o. Não sendo o objetivo desta Moção o de analisar capacidade destas medidas alterarem o panorama, existem algumas que o município pode levar a cabo também no sentido de agilizar o processo. -----

Há, neste momento, nos serviços de urbanismo, uma grande falta de capacidade de dar resposta aos pedidos de licenciamento instruídos. Processos simples, chegam a levar várias semanas a passar a fase de apreciação liminar estando vários meses em fase de instrução, ultrapassando largamente todos os limites de previstos no diploma que estabelece o regime jurídico da urbanização e edificação (RJUE). Esta situação deve-se, por um lado, à falta de recursos humanos nesta divisão, mas também ao processo exageradamente burocrático que pode e deve ser simplificado. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Tomar reunida em 28/04/2023, insta a Câmara Municipal de Tomar:

1- A reforçar em recursos humanos a divisão de urbanismo, pois a lentidão na instrução dos processos leva a perdas de investimento no concelho e de taxas a cobrar pelo município; -----

2- Modernizar a plataforma de instrução de processos que, atualmente, não passa de uma mera plataforma de depósito de ficheiros informáticos. -----

Tomar, 28 de abril de 2023. O Grupo Municipal do PSD”. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido aprovada com dezoito votos a favor do Partido Social Democrata, Coligação Democrática Unitária, Partido CHEGA, Bloco de Esquerda, CDS/Partido Popular e do Deputado Municipal Américo da Conceição Pereira, Presidente da União de Freguesias de Serra e Junceira, dos Independentes do Nordeste e catorze abstenções do Partido Socialista. -----



--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que deu entrada uma moção do Grupo Municipal do Partido Social Democrata, do seguinte teor: -----

“Moção - Pelo Direito à Saúde -----

A Declaração Universal de Direitos Humanos adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1948, define muito claramente no artigo 25º, o direito à saúde. -----

O ponto 1 é muito claro quando refere que “Todo o ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde, (...)” -----

Ou seja, destina-se a todas as pessoas sem qualquer distinção quanto ao género, idade, etnia, origem social, religião, nacionalidade, estado civil, diferenças políticas, ou qualquer outra. -----

O ponto 2 do mesmo artigo 25º define ainda que “A maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais. (...)” -----

O Governo, falhando claramente às suas promessas eleitorais, inibe o acesso a médico de família a mais de 1,6 milhões de portugueses, sendo que na região do Médio Tejo mais de 50 mil utentes se encontram desprotegidos. -----

Em Portugal, os hospitais encontram-se com reduzido quadro de recursos humanos e por esse motivo, o serviço prestado é demorado, insuficiente e com muitos erros médicos. -----

No nosso Concelho verificamos a rápida deterioração dos cuidados de saúde primários e dos cuidados de saúde hospitalares. -----

Muitos utentes continuam sem acesso a Médico de família e têm que demorar horas em filas de espera para conseguir consultas de recurso nos Centros de Saúde. -----

As urgências nos hospitais do Médio Tejo registam muitas horas de espera, levando muitas pessoas a ter que procurar serviços de saúde privados, mesmo sem capacidade financeira para solver esses compromissos. -----

Nos corredores dos hospitais, acumulam-se doentes em macas à espera de ser socorridos e de terem camas vagas quando o caso impõe internamento. -----

Os médicos em número insuficiente para responder a todas as necessidades incorrem em elevada probabilidade de cometer erros médicos, manifestando altos níveis de stress. -----

Tomar, aguarda ansiosamente o regresso das urgências Médico Cirúrgicas, sendo que este assunto se encontra por resolver há demasiado tempo. -----

Temos assistido ao desespero de grávidas que às portas de um hospital se veem obrigadas a realizar viagens à procura de outro local para darem à luz os seus filhos com a assistência médica a que têm direito. Situação muito grave atendendo a que alguns bebés acabam por nascer em ambulâncias sem as condições necessárias para tal ato médico. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Tomar, reunida a 28 de abril de 2023 delibera exigir ao Governo e em particular ao Ministério Saúde que: -----

1. Seja criada e defendida urgentemente, uma política de recrutamento e de retenção de profissionais de saúde, que assegure a valorização das suas carreiras e que os motive para abraçarem um projeto no SNS no Médio Tejo; -----

2. Implemente uma política de saúde orientada para a prevenção da doença, com mais médicos de família disponíveis na área do Médio Tejo, introduzindo uma política de saúde mental, de saúde oral e de cuidados em fim de vida; -----

3. Sejam tomadas medidas urgentes e eficazes para terminar definitivamente com os encerramentos temporários da maternidade do hospital de Abrantes; -----

4. Se deixe de usar a pandemia e a guerra como desculpa para a falta de uma política estratégica e organizacional do SNS, quanto às listas de espera para diferentes cirurgias e consultas de especialidade uma vez que já vinham de antes de 2020; -----

5. Que seja debatida, com os dados reais, a necessidade de repor no hospital de Tomar o serviço de urgências Médico-cirúrgicas; -----

6. Que a descentralização não seja apenas de competências e de problemas, mas sim acompanhada do devido e necessário envelope financeiro. -----

Devendo esta moção ser enviada às seguintes entidades: -----

1. Presidência da República; -----

2. Conselho de Ministros; -----

3. Ministério da Saúde; -----

4. ACES Médio Tejo. -----

Tomar, 28 de abril de 2023 O Grupo Municipal do PSD”. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido aprovada com dezoito votos a favor do Partido Social Democrata, Coligação Democrática Unitária, Partido CHEGA, Bloco de



Esquerda, CDS/Partido Popular e do Deputado Municipal Américo da Conceição Pereira, Presidente da União de Freguesias de Serra e Junceira, dos Independentes do Nordeste e catorze abstenções do Partido Socialista. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que deu entrada uma moção do Grupo Municipal do Partido Socialista, do seguinte teor: -----

*“Preservar o passado para construir o futuro – Moção -----
O concelho de Tomar é um território de enorme riqueza histórico-cultural. Desde o convento de Cristo até à igreja de Santa Maria dos Olivais, passando pelo aqueduto dos pegões ou pela Sinagoga entre outros, muitos são os legados que herdámos de todos aqueles que no passado por aqui passaram e viveram. -----*

A forma como olhamos e tratamos todo este património diz muito sobre quem somos. Desta forma, não podemos deixar de saudar os constantes investimentos levados a cabo pela Câmara Municipal de Tomar na preservação de todo o património do nosso território. A intervenção no Aqueduto foi fundamental para assegurar a continuidade da sua existência, assim como as obras de requalificação da Sinagoga que permitem preservar por muitos mais anos as histórias dos que por lá passaram. Estas intervenções em particular e todas as intervenções de um modo geral permitirão que a memória e o esforço de todos os que construíram o nosso vasto património não tenha sido em vão. -----

*Aproxima-se a passos largos a nossa Festa maior – A Festa dos Tabuleiros, que este ano se fará em frente à requalificada Igreja de São João Batista. A requalificação da Igreja de São João Batista era imperativa para salvaguardar a sua existência, a que a Câmara de Tomar, e bem, disse presente! -----
De salientar também as obras de intervenção e restauro que decorrem no Convento de Cristo levadas a cabo pelo Governo, numa aposta na manutenção da nossa História. -----*

Desta forma, louvamos a Câmara de Tomar pela constante aposta na requalificação do património exortando que continue a investir na preservação da História de Tomar. -----

Tomar, 26 de abril de 2023 - O GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA”. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido aprovada com dezoito votos a favor do Partido Socialista, Coligação Democrática Unitária, Bloco de Esquerda, e do Deputado Municipal Américo da Conceição Pereira, Presidente da União de Freguesias de Serra e Junceira, dos Independentes do Nordeste, um voto contra do Partido CHEGA e treze abstenções do Partido Social Democrata e do CDS/Partido Popular. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que deu entrada uma moção do Grupo Municipal do Partido Socialista, do seguinte teor: -----

*“Em defesa do serviço público – Moção -----
Recentemente fomos confrontados com a informação de que a Conservatória do Registo Civil em Tomar havia deixado de celebrar casamentos e divórcios, o que a confirmar-se obviamente nos preocupa muito. A bancada do Partido Socialista defende o livre acesso aos serviços públicos por todos os tomarenses, pelo que somos manifestamente contra qualquer redução de serviço público em Tomar. Assim solicitamos à Câmara Municipal de Tomar, que diligencie junto da Tutela a salvaguarda da continuidade de todos os serviços na Conservatória de Tomar. -----*

Tomar, 26 de abril de 2023. O GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA”. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido aprovada, por unanimidade, quando estavam presentes trinta e dois senhores Deputados Municipais. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que deu entrada uma moção do Grupo Municipal do Partido Socialista, do seguinte teor: -----

*“Oferta formativa de doutoramentos pelos politécnicos e adoção da designação, em inglês, de «Polytechnic University», para alavancar o desenvolvimento das regiões e do país - Moção -----
No passado dia 24 de fevereiro de 2023, a Assembleia da República aprovou a Lei n.º 16/2023, permitindo desta forma que os institutos politécnicos possam conferir o grau de doutor e adotar a designação em língua inglesa de Polytechnic University, no quadro da sua política e estratégia de internacionalização. -----*

A rede pública de Ensino Superior Politécnico é composta por 15 Politécnicos públicos, que integram 75 escolas superiores e 5 escolas superiores públicas não integradas. Existem ainda 56 instituições politécnicas privadas. O Instituto Politécnico de Tomar é parte integrante da rede pública de Ensino Superior e distribui-se em dois campi, um em Tomar correspondente à Escola Superior de Gestão e à Escola Superior de Tecnologia e o outro em Abrantes correspondente à Escola Superior de Tecnologia de Abrantes. -----

O Instituto Politécnico de Tomar ministra cursos de Microcredenciações, cursos Técnicos Superiores



Profissionais, Licenciaturas, Pós-graduações e Mestrados. O Instituto conta com uma Oficina de Transferência de Tecnologia e Conhecimento e com vinte e dois Centros e Laboratórios de Investigação de apoio aos cursos. Estão presentes no campus do Instituto Politécnico de Tomar quatro Multinacionais que recrutam mais de 50% dos alunos de Informática e Tecnologias Multimédia, Engenharia Informática e Gestão de Empresas. O Politécnico de Tomar tem parceiros internacionais em mais de 40 países. -- A designação atual de "Instituto Politécnico" dificulta no terreno o diálogo que os politécnicos têm com os vários parceiros, inclusivamente em explicar internacionalmente como se posicionam no sistema nacional de ensino superior, o que dificulta a missão das instituições. Isto num momento em que o ensino superior português está a redobrar esforços para captar cada vez mais estudantes internacionais. Por outro lado, a possibilidade de outorgar doutoramentos de natureza profissionalizante pelos politécnicos é mais uma possibilidade para dar resposta às necessidades das empresas regionais.

Com esta alteração legislativa, o reconhecimento internacional, por similitude com as nomenclaturas utilizadas um pouco por toda a Europa, será obtido de forma quase automática e irá reforçar a capacidade das futuras Universidades Politécnicas de atrair mais estudantes e investimento internacional.

Consideramos que esta alteração é fundamental para reforçar o importante papel do Ensino Superior Politécnico no País, conferindo a estas instituições um importante papel de dinamizador dos territórios onde se encontram inseridos, sobretudo os de baixa densidade demográfica. Esta alteração mostra-se absolutamente decisiva na atração de estudantes, na sustentabilidade das instituições, no desenvolvimento económico, cultural e social das regiões e na competitividade internacional do ensino superior português na sua globalidade.

Assim propomos à Câmara Municipal de Tomar que em conjunto com o Instituto Politécnico de Tomar desenvolvam campanhas de divulgação sobre os cursos ministrados no IPT por forma a aumentar a captação de estudantes para o IPT.

Tomar, 26 de abril de 2023, O GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA".

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido aprovada com trinta e um votos a favor do Partido Socialista, Partido Social Democrata, Coligação Democrática Unitária, Bloco de Esquerda, CDS/Partido Popular e do Deputado Municipal Américo da Conceição Pereira, Presidente da União de Freguesias de Serra e Junceira, dos Independentes do Nordeste e uma abstenção do Partido CHEGA.

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que deu entrada uma proposta do Grupo Municipal Coligação Democrática Unitária, do seguinte teor:

"Proposta da CDU - Barragem do Carril, recurso fundamental para o desenvolvimento económico... "Sem rei nem roque"

Inaugurada a 27 de fevereiro de 2002, esta infraestrutura de aproveitamento hidroagrícola desenvolve-se na União de Freguesias de Santa Maria dos Olivais e São João Baptista (Freguesia urbana), S. Pedro de Tomar, União das Freguesias de Serra e Junceira e União das Freguesias de Casais e Alviobeira, totalizando uma área beneficiada de quase 400 hectares.

A Barragem do Carril engloba cerca de 958 prédios rústicos, com predomínio do minifúndio e mais de 600 proprietários em aproximadamente 550 explorações agrícolas.

No preâmbulo da Portaria n.º 215/2022, de 29 de agosto, que reclassifica esta infraestrutura pode-se ler a importância da mesma:

"...importância socioeconómica da obra, salientando-se, designadamente: o interesse de âmbito local da obra, com uma área beneficiada não muito extensa e com impacte económico e social a refletir-se sobretudo ao nível do município; o elevado impacte coletivo decorrente da mais-valia associada à disponibilidade de água para rega e do potencial de utilização associado à albufeira;..."

A CDU sempre considerou e considera que o setor primário, nas atividades ligadas à agricultura familiar, à floresta e à agropastorícia são fundamentais para o desenvolvimento económico do concelho. Inclusive apresentamos propostas para a criação de estímulos aos investimentos na agricultura biológica.

Esta infraestrutura existente ao longo destes 23 anos, com elevado potencial económico, e utilizada por muitas centenas de agricultores, não pode ter o seu sistema de rede de rega inoperacional durante meses. O aviso da Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo (DRAPLVT), na qualidade de dona de obra, informou que o corte da distribuição da água de rega seria entre as 12 horas de 13 de março e as 19 horas do dia 31 de março. Estamos a entrar no mês de maio.

A não resolução do problema está a pôr em causa muitos milhares de euros de investimento, as futuras colheitas estão em perigo podendo mesmo nem existirem.



A CDU propõe que a Comissão Permanente da Assembleia Municipal de Tomar agende, com carácter de urgência, uma reunião com o responsável da DRAPLVT, com o objetivo de avaliar a atual situação e as perspectivas para o futuro desta importante infraestrutura. -----

Tomar, 28 de abril de 2023. O Grupo Municipal da CDU, Bruno Graça; Francisco Santos". -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido aprovada, por unanimidade, quando estavam presentes trinta e dois senhores Deputados Municipais. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que deu entrada uma moção do Grupo Municipal Coligação Democrática Unitária, do seguinte teor: -----

"Saudação ao Dia Internacional dos Trabalhadores -----

Na próxima segunda-feira, dia 1 de maio de 2023, comemora-se o Dia Internacional dos trabalhadores. Foi em Julho de 1889 que o Congresso fundador da II Internacional, reunido em Paris, propôs em homenagem aos "Mártires de Chicago", a proclamação do dia 1 de maio como Dia Internacional dos Trabalhadores, convocando para o assinalar uma manifestação internacional para 1 de maio de 1890. A partir desse momento e ao longo dos últimos 133 anos o 1º de Maio ficou intimamente associado à luta heroica dos trabalhadores, tornando-se na mais emblemática bandeira de afirmação universal dos direitos do trabalho e dos trabalhadores, do combate contra a exploração. -----

Em Portugal, logo no primeiro ano da sua comemoração internacional, os trabalhadores portugueses assinalaram, na rua, o 1º de Maio.-----

Durante a ditadura fascista, apesar da supressão das liberdades, incluindo a liberdade sindical, o direito à greve e de manifestação, enfrentado a ação repressiva da PIDE, os trabalhadores portugueses e as suas organizações de classe souberam sempre encontrar as formas mais apropriadas para assinalar o Dia Internacional dos Trabalhadores.-----

-Em Maio de 1974, os trabalhadores e o povo na rua, confirmaram, nesse dia, o rumo popular e democrático da Revolução de Abril, contribuindo de uma forma decisiva para transformar, o que poderia não ter passado de um levantamento militar, em processo revolucionário. -----

Para as comemorações do 1º de Maio, na próxima segunda-feira, a CGTP-IN apela a que nesse dia se dê continuidade à luta que hoje os trabalhadores travam "pela justiça social e pelos direitos, por melhores condições de vida e de trabalho, por emprego com direitos, salários e horários dignos". Mais salários, mais direitos, melhores pensões - contra o aumento do custo de vida, combater a exploração, é o lema das comemorações. -----

A Assembleia Municipal de Tomar, reunida a 28 de abril de 2023, saúda os trabalhadores e as suas organizações sindicais de classe, as comemorações do 1º de Maio do Dia Internacional dos Trabalhadores. -----

Estamos certos de que vão ser mais uma vez, uma grande jornada de confraternização e luta, uma grande manifestação da força dos trabalhadores portugueses. -----

Tomar, 28 de abril de 2023. O Grupo Municipal da CDU • Bruno Graça • Francisco Santos". -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido aprovada com trinta votos a favor do Partido Socialista, Partido Social Democrata, Coligação Democrática Unitária, Bloco de Esquerda, e do Deputado Municipal Américo da Conceição Pereira, Presidente da União de Freguesias de Serra e Junceira, dos Independentes do Nordeste, um voto contra do Partido CHEGA e uma abstenção do CDS/Partido Popular. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que deu entrada uma recomendação, do Deputado Municipal Américo Matos Fernandes Costa, do Partido CHEGA do seguinte teor: -----

"Criação de um Fundo de Solidariedade Social. -----

A realidade do concelho de Tomar e as carências reais das suas populações mais desfavorecidas impõem que a Câmara Municipal, órgão representativo democraticamente eleito, tome medidas de carácter urgente no que concerne à resolução de panóplias de situações para as quais as Instituições do Estado e Particulares não encontram respostas imediatas, quer pela sua pontualidade, quer pela sobrecarga dos respetivos Serviços. -----

A criação de um Fundo de Solidariedade Social, pertinente e necessário, dada a realidade do concelho, o "afastamento" reconhecido dos Organismos Institucionais e a própria e natural inoperância, delonga na resolução de situações urgentes e as inúmeras solicitações feitas nos Serviços Sociais da Câmara de Tomar. -----

O Fundo de Solidariedade Social tem por objeto contribuir para a erradicação ou atenuação da pobreza, da exclusão e da promoção do desenvolvimento social do Concelho. -----

O Fundo de Solidariedade Social contempla, entre outras, as seguintes situações: -----

• Comparticipação nos custos de passes sociais e livros a alunos do Ensino Básico e Secundário, quando comprove-se que a situação económica do agregado familiar não lhe permite suportar o



pagamento dos mesmos, seja total, seja parcialmente. Estes apoios estendem-se também aos alunos matriculados no Ensino Superior através de comparticipações específicas para alojamento, para a alimentação ou para as deslocações e, devem ser disponibilizados previamente a previsão da necessidade ou aquando da sua ocorrência. Estes apoios serão quantitativamente diferenciados, em função do nível de carência assinalado, podendo cumular com as bolsas de estudo atribuídas pela Direção Geral do Ensino Superior; -----

- *Apoio e comparticipação nas deslocações de pessoas com deficiência e/ou pessoas carenciadas a consultas e exames complementares de diagnóstico médico a realizar fora dos limites do concelho;* ---
- *Comparticipação e ajuda na aquisição de material médico-medamentoso, tais como cadeiras de rodas, canadianas, camas especiais, entre outros;* -----
- *Comparticipação no pagamento de alojamento e alimentação em casos pontuais de força maior;* ----
- *Comparticipação nas despesas de participação em eventos destinados a pessoas com deficiência a realizar fora dos limites do Concelho;* -----
- *Comparticipação em pequenas obras necessárias de forma a satisfazer as necessidades básicas de habitação;*-----
- *Cedência, pelo Município, de projetos modelo para construção de casas de habitação;* -----
- *Elaboração, pelo Município, de projetos de ampliação ou recuperação de casas de habitação;* -----
- *Isenção de custas, em processo de ligação domiciliar de água, incluindo, a ligação do contador, quando a melhoria habitacional passe por dotar a habitação de infraestrutura;* -----
- *Isenção de custas em pedido de prolongamento de conduta, quando a ligação de água exija este tipo de ação;* -----
- *Isenção de custas em pedido de ligação de saneamento, quando mostre-se imprescindível no garante de condições de salubridade mínimas;* -----
- *Isenção de taxas em processo de obras, cujos projetos tenham sido fornecidos ou elaborados pelos serviços da Câmara Municipal e tenham por objetivo facilitar a autoconstrução e/ou a melhoria das condições habitacionais a famílias economicamente carenciadas;* -----
- *Comparticipação na instalação de eletricidade ao domicílio.* -----

O Deputado eleito pelo Partido CHEGA Américo Costa". -----

--- Entrando no **Ponto Um** da Ordem de Trabalhos – Discussão e votação da Deliberação de Câmara, tomada em 17.04.2023, sobre o **“Relatório de Gestão e Prestação de Contas do Município de Tomar, referente ao ano de 2022”**, ao abrigo da alínea i), do n.º 1, do artigo 33º, e da alínea l), do n.º 2 do artigo 25º, do regime jurídico das autarquias locais aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu inscrições para o uso da palavra, tendo-se verificado as seguintes intervenções: Senhora Presidente da Câmara Municipal; Maria Graciete da Purificação Reis Henriques Honrado, do Partido Social Democrata; Célia Maria Nunes Azevedo Bonet, do Partido Social Democrata; Américo Matos Fernandes Costa, do Partido CHEGA; Bruno Vítor Domingos Graça, da Coligação Democrática Unitária; Maria de Fátima Mendes Jacinto, do Partido Social Democrata; Augusto Manuel Barros Alves, Presidente da União de Freguesias de S. João Baptista e Santa Maria dos Olivais; Paulo Alexandre Martins Mendes, do Bloco de Esquerda; Senhora Presidente da Câmara Municipal (2ª intervenção); Francisco Pires da Silva Carvalhão Tavares, do CDS/Partido Popular; Ricardo Jorge Martins Carlos, do Partido Social Democrata; Bruno Vítor Domingos Graça, da Coligação Democrática Unitária (2ª intervenção); João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro, do Partido Social Democrata; Senhora Presidente da Câmara Municipal (3ª intervenção); Francisco Pires da Silva Carvalhão Tavares, do CDS/Partido Popular (2ª intervenção); Senhora Presidente da Câmara Municipal (4ª intervenção) e Francisco Pires da Silva Carvalhão Tavares, do CDS/Partido Popular (3ª intervenção). -----

--- Não havendo mais inscrições o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido rejeitada, com dezassete votos contra, do Partido Social Democrata, Coligação Democrática Unitária, Partido CHEGA, Bloco de Esquerda, CDS/Partido Popular; catorze votos a favor do Partido Socialista e uma abstenção do Senhor Deputado Municipal Américo da Conceição Pereira, Presidente da União de Freguesias de Serra e Junceira, dos Independentes do Nordeste. -----

---- O Deputado Municipal Américo Matos Fernandes Costa, do Partido CHEGA, apresentou uma declaração de voto do seguinte teor: **“Declaração de Voto – Prestação de Contas do Município de Tomar, referente ao ano de 2022** -----

O Partido CHEGA tem uma visão claramente diferente da gestão para o concelho de Tomar em relação ao que é realizado por esta maioria socialista, na nossa opinião o concelho «caminha para a estagnação e retrocesso», esta governação socialista não deixa «uma esperança para os anos vindouros». -----



«Não se promove a criação de atrativos para as empresas nem existe investimento. Essa inoperância tem dificultado e impossibilitado de fixação de população jovem ou atrair quem queira voltar às origens». Podemos verificar no documento de Prestação de Contas do Município de Tomar referente ao ano de 2022 que as despesas excedem as receitas, ou seja a despesa foi maior que a receita em 2.223 milhões de euros. A despesa com pessoal tem vindo a aumentar ao longo dos anos desta governação.

O drama dos «Ajustes diretos» continua faltando saber se são cumpridas as regras de contratação pública assim como a transparência ou falta dela.

Um desses casos suspeitos foi notícia nos órgãos de comunicação social nacional em novembro de 2022 e depreendeu-se com o Ajuste Direto à empresa responsável pelo «Centro Mágico de Natal», no valor de 215 mil euros, continuamos assim Tomar a ser notícia pelas piores razões.

As derrapagens nas obras públicas continuam a ser frequentes, com gastos exagerados em correção de obras, o que já nos vem habituando esta maioria socialista, infelizmente quem paga são sempre os mesmos munícipes.

Nas obras municipais, é praticamente um escândalo o que se gasta com obras a mais, trabalhos extraordinários e outras revisões, tudo provocado por má elaboração dos projetos.

Porquê essa má elaboração sistemática de projetos?

Porque é que os técnicos superiores municipais nunca se dão conta antes do início da obra?

Por vezes ficamos a pensar qual o motivo para essa cegueira tão conveniente.

Votar a favor da Prestação de Contas de 2022 assim como do orçamento seria uma traição aos Tomarenses em especial aos que fizeram do Partido CHEGA a terceira maior força política do Concelho de Tomar.

Em conclusão, o que resulta disto tudo, é a confirmação de que a Câmara não controla minimamente os seus serviços, sobretudo o Urbanismo e Obras Municipais, sem esquecer o facilitismo do Turismo com horas extraordinárias, cuja justificação se afigura difícil.

O deputado eleito pelo Partido CHEGA tomou a decisão de votar contra a deliberação de Câmara de 17 de abril de 2023, sobre a Prestação de Contas do Município de Tomar referente ao ano de 2022. -- Tomar, 28 de abril de 2023. O deputado eleito pelo Partido CHEGA, Américo Costa".

--- Entrando no **Ponto Dois** da Ordem de Trabalhos – Votação da Deliberação de Câmara, tomada em 20.02.2023, sobre a **“Proposta de nomeação do Provedor do Município do Concelho de Tomar”**, nos termos do artº. 4º, do Regulamento do Estatuto do Provedor do Município do Concelho de Tomar.

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal procedeu à eleição, por escrutínio secreto, tendo entrado na urna, trinta e dois boletins de voto, tendo-se obtido o seguinte resultado:

votos a favor – 16;

votos contra – 15;

votos brancos – 1.

Deste modo foi eleito Provedor do Município do Concelho de Tomar, o cidadão José Manuel Fortunato Pereira.

--- O Deputado Municipal Francisco Tavares, do CDS/Partido Popular, apresentou uma declaração de voto do seguinte teor: **“Declaração de Voto – Não se trata da pessoa, mas sim trata-se da forma.**

O provedor do município, creio que o cargo diz tudo sobre a sua função, e pode inclusivamente ler-se no regulamento que: **«O provedor do município assumirá, portanto, uma missão de mediador entre o município e os diferentes órgãos e serviços municipais».**

Agora eu pergunto 3 questões muito simples:

1. Dada a natureza do cargo, não devia quem propõe o nome tentado, já nem digo conseguido, criar um amplo consenso relativamente ao nome que iria propor? Não devia ter a Câmara falado antecipadamente com todos os partidos e tentarmos chegar a um consenso de alguém que pela sua imparcialidade e que não tivesse ligação a nenhum partido e muito menos ao partido do poder?

2. Faz algum sentido que a pessoa escolhida para ser mediador entre duas partes, seja o antigo presidente da assembleia municipal de Tomar? Que inclusivamente foi nas listas nestas últimas eleições autárquicas, pelo partido que agora o queria nomear?

3. Faz algum sentido, que o provedor do município pertença aos órgãos do partido que o propõe? Na minha opinião não faz sentido algum e este processo foi tão mal gerido que aqueles, como eu, acreditam cada vez menos em coincidências na política, tendem a achar que todo este processo foi propositado A pergunta que fica no ar é porquê?

Creio que é incrível como o Partido Socialista consegue transformar algo simples e que podia e deviam juntar-nos a todos, e fazer deste processo algo, na falta de outras palavras ... triste. Fica a declaração de voto do meu voto secreto”.



--- Entrando no **Ponto Três** da Ordem de Trabalhos – Discussão e votação da Deliberação de Câmara, tomada em 23.01.2023, sobre a “**Alteração ao Regulamento Municipal para a Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior**”, ao abrigo da alínea k), do nº 1, do Artº 33º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu inscrições para o uso da palavra, tendo-se verificado as seguintes intervenções: Francisco Pires da Silva Carvalhão Tavares, do CDS/Partido Popular; Américo Matos Fernandes Costa, do Partido CHEGA e Senhora Presidente da Câmara Municipal. -----

--- O Grupo Municipal do Partido Social Democrata, apresentou uma proposta do seguinte teor: -----
“Grupo Municipal do Partido Social Democrata – Proposta – Alteração à proposta de Regulamento Municipal para atribuição de bolsas de estudo a estudantes do ensino superior – Inclusão do curso Técnico superior profissional -----

Pensamos fazer incluir no Regulamento Municipal para a atribuição de bolsas de estudo a estudantes do ensino superior os alunos que frequentam os Cursos Técnicos Superiores Profissionais (TeSP). -- Assim, sugeridos as seguintes alterações a negrito: -----

- Artigo 1 -----

O presente regulamento estabelece as normas de atribuição de Bolsas de Estudo pela Câmara Municipal de Tomar a estudantes carenciados matriculados e a frequentar o ensino superior, em instituições do ensino superior público, em cursos que confirmam o grau de licenciatura, mestrado integrado ou grau de mestrado **ou cursos de técnico superior profissional**. -----

- Artigo 4, alínea e) -----

Estabelecimento de ensino superior – é todo aquele que ministra cursos que conferem o grau de licenciatura, mestrado integrado ou grau de mestrado, **ou cursos de técnico superior profissional** em estabelecimentos de ensino superior público, reconhecidos oficialmente pelo Ministério da Educação. -----

- Artigo 6, ponto 1, alínea b) -----

Estejam matriculados/as no ensino superior em cursos que confirmam o grau de licenciatura, mestrado integrado ou grau de mestrado **ou cursos de técnico superior profissional**. -----

Tomar, 28 de abril de 2023. -----

O Grupo Municipal do PSD”. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou à votação a proposta apresentada pelo Grupo Municipal do Partido Social Democrata, tendo sido aprovada, por unanimidade, quando estavam presentes trinta e dois senhores deputados municipais. -----

--- O Grupo Municipal do CDS/Partido Popular, apresentou uma proposta do seguinte teor: “CDS/Partido Popular – Proposta alteração Regulamento Bolsas Estudo -----

Proposta 1 -----

Retirar a palavra «público» no Artigo 1º e do Artigo 4º, alínea e); -----

Proposta 2 -----

Retirar a alínea e), nº 1, do artigo 8º; -----

Proposta 3 -----

Propor uma alínea d), no ponto 2, do artigo 12º, que refira: -----

d) Seja dado conhecimento do relatório referido na alínea b) à Assembleia Municipal. -----

Francisco Tavares (Deputado Municipal)”. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou à votação a proposta apresentada pelo Grupo Municipal do CDS/Partido Popular, tendo sido rejeitada com dezassete votos contra do Partido Socialista, Coligação Democrática Unitária, Partido CHEGA e Bloco de Esquerda, treze votos a favor do Partido Social Democrata e do CDS/Partido Popular e duas abstenções do Partido Social Democrata do Senhor Deputado Municipal Américo da Conceição Pereira, Presidente da União de Freguesias de Serra e Junceira, dos Independentes do Nordeste. -----

--- Não havendo mais inscrições, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à votação, final, global, com a proposta apresentada pelo Grupo Municipal do Partido Social Democrata, tendo sido aprovada, por unanimidade, quando estavam presentes trinta e dois Senhores Deputados Municipais. -----

--- Entrando no **Ponto Quatro** da Ordem de Trabalhos – Discussão e votação da Deliberação de Câmara, tomada em 20.02.2023, sobre a “**Aquisição de Serviços de Auditoria Externa às Contas do Município de Tomar - Nomeação nos termos da Lei das Finanças Locais**”, ao abrigo do nº 1, do artº 77º, da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu inscrições para o uso da palavra, tendo-se verificado as seguintes intervenções: João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro, do Partido Social Democrata e da Senhora Presidente da Câmara Municipal. -



--- Não havendo mais inscrições o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido aprovada, por unanimidade, quando estavam presentes trinta e dois Senhores Deputados municipais. -----

--- Entrando no **Ponto Cinco** da Ordem de Trabalhos – Discussão e votação da Deliberação de Câmara, tomada em 03.04.2023, sobre a **“Transferência de competências para a União de Freguesias de Tomar – S. João Baptista e Santa Maria dos Olivais – recursos financeiros para o ano de 2024”**, ao abrigo do nº 2, do artigo 5º, da Lei nº 57/2019, de 30 de abril, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu inscrições para o uso da palavra. -----

--- Não havendo inscrições, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido aprovado, por unanimidade, quando estavam presentes trinta e dois Senhores Deputados municipais. -----

--- Entrando no **Ponto Seis** da Ordem de Trabalhos – Discussão e votação da Deliberação de Câmara, tomada em 03.04.2023, sobre a **“Transferência de competências para a Freguesias de Olalhas – recursos financeiros para o ano de 2024”**, ao abrigo do nº 2, do artigo 5º, da Lei nº 57/2019, de 30 de abril, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu inscrições para o uso da palavra. -----

--- Não havendo inscrições, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido aprovado, por unanimidade, quando estavam presentes trinta e dois Senhores Deputados municipais. -----

--- Entrando no **Ponto Sete** da Ordem de Trabalhos – Discussão e votação da Deliberação de Câmara, tomada em 17.04.2023, sobre a **“Transferência de competências para a União de Freguesias de Além da Ribeira e Pedreira – recursos financeiros para o ano de 2024”**, ao abrigo do nº 2, do artigo 5º, da Lei nº 57/2019, de 30 de abril, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu inscrições para o uso da palavra. -----

--- Não havendo inscrições, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido aprovado, por unanimidade, quando estavam presentes trinta e dois Senhores Deputados municipais. -----

--- Entrando no **Ponto Oito** da Ordem de Trabalhos – Discussão e votação da Deliberação de Câmara, tomada em 17.04.2023, sobre a **“Transferência de competências para a União Freguesias de Casais e Alviobeira – recursos financeiros para o ano de 2024”**, ao abrigo do nº 2, do artigo 5º, da Lei nº 57/2019, de 30 de abril, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu inscrições para o uso da palavra. -----

--- Não havendo inscrições o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido aprovado, por unanimidade, quando estavam presentes trinta e dois Senhores Deputados Municipais. -----

--- Entrando no **Ponto Nove** da Ordem de Trabalhos – Discussão e votação da Deliberação de Câmara, tomada em 17.04.2023, sobre a **“Transferência de competências para a Freguesia de Carregueiros - recursos financeiros para o ano de 2024”**, ao abrigo do nº 2, do artigo 5º, da Lei nº 57/2019, de 30 de abril, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu inscrições para o uso da palavra. -----

--- Não havendo inscrições, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido aprovado, por unanimidade, quando estavam presentes trinta e dois Senhores Deputados Municipais. -----

--- Entrando no **Ponto Dez** da Ordem de Trabalhos – Discussão e votação da Deliberação de Câmara, tomada em 17.04.2023, sobre a **“Transferência de competências para a Freguesia de Paialvo – recursos financeiros para o ano de 2024”**, ao abrigo do nº 2, do artigo 5º, da Lei nº 57/2019, de 30 de abril, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu inscrições para o uso da palavra. -----

--- Não havendo inscrições, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido aprovado, por unanimidade, quando estavam presentes trinta e dois Senhores Deputados Municipais. -----

--- Entrando no **Ponto Onze** da Ordem de Trabalhos – Discussão e votação da Deliberação de Câmara, tomada em 17.04.2023, sobre a **“Transferência de competências para a Freguesia de S. Pedro de Tomar - recursos financeiros para o ano de 2024”**, ao abrigo do nº 2, do artigo 5º, da Lei nº 57/2019, de 30 de abril, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu inscrições para o uso da palavra. -----

--- Não havendo inscrições, o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido aprovado, por unanimidade, quando estavam presentes trinta e dois Senhores Deputados Municipais. -----

--- Entrando no **Ponto Doze** da Ordem de Trabalhos – Discussão e votação da Deliberação de Câmara, tomada em 17.04.2023, sobre a **“Transferência de competências para a União de Freguesias de Madalena e Beselga – recursos financeiros para o ano de 2024”**, ao abrigo do nº 2,



do artigo 5º, da Lei nº 57/2019, de 30 de abril, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu inscrições para o uso da palavra. -----

--- Não havendo inscrições o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido aprovado, por unanimidade, quando estavam presentes trinta e dois Senhores Deputados Municipais.

--- Entrando no **Ponto Treze** da Ordem de Trabalhos – Discussão e votação da Deliberação de Câmara, tomada em 17.04.2023, sobre a “**Transferência de competências para a Freguesia de Sabacheira - recursos financeiros para o ano de 2024**”, ao abrigo do nº 2, do artigo 5º, da Lei nº 57/2019, de 30 de abril, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu inscrições para o uso da palavra. -----

--- Não havendo inscrições o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido aprovado, por unanimidade, quando estavam presentes trinta e dois Senhores Deputados Municipais.

--- Entrando no **Ponto Catorze** da Ordem de Trabalhos – Discussão e votação da Deliberação de Câmara, tomada em 17.04.2023, sobre a “**Transferência de competências para a Freguesia de Asseiceira recursos financeiros para o ano de 2024**”, ao abrigo do nº 2, do artigo 5º, da Lei nº 57/2019, de 30 de abril, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu inscrições para o uso da palavra. -----

--- Não havendo inscrições, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido aprovado, por unanimidade, quando estavam presentes trinta e dois Senhores Deputados Municipais. -----

--- Entrando no **Ponto Quinze** da Ordem de Trabalhos – Discussão e votação da Deliberação de Câmara, tomada em 03.04.2023, sobre a “**Aquisição de serviços de vigilância para os parques de estacionamento cobertos – autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais, nos anos de 2023, 2024 e 2025**”, ao abrigo da alínea c), do nº 1, do artigo 6º, da lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu inscrições para o uso da palavra, tendo-se verificado as seguintes intervenções: Américo Matos Fernandes Costa, do Partido CHEGA e da Senhora Presidente da Câmara Municipal. -----

--- Não havendo mais inscrições, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido aprovada com trinta e um votos a favor do Partido Socialista, Partido Social Democrata, Coligação Democrática Unitária, Bloco de Esquerda, CDS/Partido Popular e do Senhor Deputado Municipal Américo da Conceição Pereira, Presidente da União de Freguesias de Serra e Junceira dos Independentes do Nordeste e uma abstenção do Partido CHEGA. -----

--- Entrando no **Ponto Dezasseis** da Ordem de Trabalhos - Plano Atividades e Orçamento da Tejo Ambiente – Empresa Municipal de Ambiente do Médio Tejo, EIM, SA, para o ano de 2023 - *tomar conhecimento*. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou a tomada de conhecimento pela a Assembleia Municipal, do referido documento. -----

--- Entrando no **Ponto Dezassete e Dezoito** da Ordem de Trabalhos “**Apreciação da Informação Escrita a apresentar pela Senhora Presidente da Câmara Municipal de Tomar**”, ao abrigo da alínea c), do nº 2, do Artº 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro e “**Outros Assuntos de Interesse para a Autarquia**”, ao abrigo da alínea k), do nº 2, do Artº 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu inscrições para o uso da palavra, tendo-se verificado as seguintes intervenções: Bruno Vítor Domingos Graça, da Coligação Democrática Unitária; Senhora Presidente da Câmara Municipal; Américo Matos Fernandes Costa, do Partido CHEGA; David Manuel Cascaes Alves, do Partido Social Democrata; Francisco Pires da Silva Carvalhão Tavares, do CDS/Partido Popular; Ricardo Jorge Marins Carlos, do Partido Social Democrata; Senhora Presidente da Câmara Municipal (2ª intervenção); Miguel José da Costa Coelho Rodrigues, do Partido Social Democrata e Senhora Presidente da Câmara Municipal (3ª intervenção).

--- As Deliberações tomadas nesta sessão foram aprovadas em minuta. -----

--- Nada mais havendo, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos, dos quais foi lavrada a presente ata que, depois de lida, vai ser assinada por mim, Maria de Fátima R. da Costa Graça Duarte, Primeira Secretária, que a redigi e pelo Presidente da Mesa. -----

Presidente da Assembleia Municipal,

Hugo Miguel Carvalheiro dos Santos Costa

A Primeira Secretária,

Maria de Fátima R. da Costa Graça Duarte



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TOMAR

Fernando Manuel dos Santos Ferreira

Dulce Maria da Silva Lopes

José Rosa Fernandes Marques